

RELATÓRIO CONTÁBIL DE 2020 – MAPA

*O florescer de uma
nova colheita*

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

José Manoel Gomes

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento Contábil

José Calazans dos Santos

Débora Teles Moreira de Matos

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Mauricio Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

José Maria Magalhães Dias

Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas

Alan Rodrigues Pinheiro

Maria de Fátima Álvares Duarte

Paulo Alves de Santana Neto

Samya Carolina Soares Costa

Sumário

1) LISTA DE SIGLAS	5
2) LISTA DE TABELAS	8
3) LISTA DE FIGURAS	8
4) INFORMAÇÕES GERAIS – ORÇAMENTO DE GUERRA, MATERIAL DE CONSUMO NA PREVENÇÃO DA PANDEMIA	9
5) CONTEXTO OPERACIONAL	10
6) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
6.1) BALANÇO FINANCEIRO	12
6.2) BALANÇO PATRIMONIAL	13
6.3) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS	15
6.4) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	17
6.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	19
6.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
7) DECLARAÇÃO DO CONTADOR (CONFORME MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.15)	22
7.1) DECLARAÇÃO DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS COM RESTRIÇÃO	22
7.2) AFIRMAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONFORME MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.15)	26
7.3) DENTRE OUTRAS AS DISTORÇÕES MAIS RELEVANTES EM NÍVEL DO MINISTÉRIO	28
7.4) SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DESENVOLVIDOS	30
7.4.1) SISTEMAS DA ÁREA FIM	30
7.4.2) SISTEMAS DA ÁREA MEIO	32
8) NOTAS EXPLICATIVAS	33
8.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	33
8.2) RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	33
8.3) PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	37
8.4) MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	37
9) COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
9.1) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO PATRIMONIAL	38
9.2) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	43
9.3) NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS	47
9.4) NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	50
<i>Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.</i>	50
<i>Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.</i>	50
<i>Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações</i>	50
9.5) NOTA Nº 002 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	51
<i>Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.</i>	51
<i>Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.</i>	51
<i>Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.</i>	51
9.6) NOTA Nº 003 – PROVISÕES	52
<i>Tabela 01 – Provisões – Composição.</i>	52
<i>Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo – Composição.</i>	52

<i>Tabela 03 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.</i>	52
<i>Tabela 04 – Provisões a Longo Prazo – Composição.</i>	52
9.7) NOTA Nº 004 – IMOBILIZADO	54
<i>Tabela 01 – Imobilizado – Composição</i>	54
<i>Tabela 02 – Bens Móveis – Composição</i>	54
<i>Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição</i>	56
9.8) NOTA Nº 005 – INTANGÍVEL	59
<i>Tabela 01 – Intangível – Composição.</i>	59
<i>Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – até o 4º Trimestre.</i>	59
<i>Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível</i>	60
9.9) NOTA Nº 006 – INVESTIMENTOS	61
<i>Tabela 01 – Investimentos – Composição:</i>	61
<i>Tabela 02 – Investimentos da CONAB – Composição</i>	61
<i>Tabela 03 – Demais Investimentos da CONAB</i>	61
<i>Tabela 04 – Maiores Investimentos da CONAB</i>	61
<i>Tabela 05 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrecidas da redução ao valor recuperável)</i>	62
<i>Tabela 06 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:</i>	63
<i>Tabela 07 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:</i>	63
<i>Tabela 08 – Demais investimentos da EMBRAPA – composição</i>	64
10) REFERÊNCIAS	65
10.1) BIBLIOGRÁFICAS	65
10.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA	65

1) Lista de Siglas

ADP	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU	Advocacia Geral da União
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas
BGU	Balanço Geral da União
BINAGRI/MAPA	Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COGEP/MAPA	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGAQ/MAPA	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF/MAPA	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGLI/MAPA	Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CGTI/MAPA	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria-Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
COSIS/STN	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
CTU	Conta Única do Tesouro Nacional
DA/MAPA	Departamento de Administração
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DGG/MAPA	Departamento de Governança e Gestão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/AM	Distrito de Meteorologia de Manaus/AM
DISME/BA	Distrito de Meteorologia de Salvador/BA
DISME/GO	Distrito de Meteorologia de Goiânia/GO
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DISME/RJ	Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro/RJ
DISME/RS	Distrito de Meteorologia de Porto Alegre/RS
DISME/SP	Distrito de Meteorologia de São Paulo/SP
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO/MAPA	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF	Gestor Financeiro
GRU	Guia de Recolhimento da União
GPS	Guia da Previdência Social
IN	Imprensa Nacional

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI/MAPA	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva
SEAD/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU	Secretaria de Controle Externo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí

SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB/MAPA	Serviço Florestal Brasileiro
SGI	Sistema de Gestão Integrada
SIAD	Sistema de Autorização de Deslocamento
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SUCON/STN	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TG	Tesouro Gerencial
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VTN	Valor da Terra Nua

2) Lista de Tabelas

Tabela nº 001	Caixa e Equivalentes de Caixa	Tabela nº 025	Provisões
Tabela nº 002	Caixa e Equivalentes de Caixa-1	Tabela nº 026	Provisões de Curto Prazo
Tabela nº 003	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Tabela nº 027	Provisões de Longo Prazo
Tabela nº 004	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Tabela nº 028	Provisões de Longo Prazo-1
Tabela nº 005	Estoques	Tabela nº 029	Detalhes de Provisões
Tabela nº 006	Empréstimos e Financiamentos Concedidos-1	Tabela nº 030	Imobilizado
Tabela nº 007	Dívida Ativa Não Tributária	Tabela nº 031	Bens Móveis
Tabela nº 008	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Tabela nº 032	Bens Imóveis
Tabela nº 009	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	Tabela nº 033	Bens Imóveis-1
Tabela nº 010	Demais Obrigações a Curto Prazo	Tabela nº 034	Bens de Uso Especial
Tabela nº 011	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Tabela nº 035	Cessão, Comodatos de bens
Tabela nº 012	Demais Obrigações a Longo Prazo	Tabela nº 036	Redução ao Valor Recuperável
Tabela nº 013	Entidades abrangidas	Tabela nº 036-A	Reavaliação de Bens Imóveis
Tabela nº 014	TED's	Tabela nº 037	Cessão, Comodatos de bens
Tabela nº 015	Despesas Executadas por tipo de Crédito	Tabela nº 038	Intangível
Tabela nº 016	Restos a Pagar	Tabela nº 039	Adições e Baixas no Intangível
Tabela nº 017	Despesas de Exercícios Anteriores	Tabela nº 040	Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível
Tabela nº 018	Fornecedores e Contas a Pagar	Tabela nº 041	Investimentos
Tabela nº 019	Fornecedores e Contas a Pagar-1	Tabela nº 042	Investimentos da CONAB
Tabela nº 020	Fornecedores e Contas a Pagar-2	Tabela nº 043	Demais Investimentos da CONAB
Tabela nº 021	Fornecedores	Tabela nº 044	Maiores Investimentos da CONAB
Tabela nº 022	Obrigações Contratuais	Tabela nº 045	Mutações dos Investimentos
Tabela nº 023	Obrigações Contratuais-1	Tabela nº 046	Investimentos da EMBRAPA
Tabela nº 024	Obrigações Contratuais-2	Tabela nº 047	Mutação dos Investimentos da EMBRAPA
		Tabela nº 048	Demais Investimentos da Embrapa

3) Lista de Figuras

Figura nº 001	Caixa e Equivalentes de Caixa
Figura nº 002	Caixa e Equivalentes de Caixa-1
Figura nº 003	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
Figura nº 004	Estoques
Figura nº 005	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo
Figura nº 006	Demais Obrigações a Curto Prazo
Figura nº 007	Demais Obrigações a Longo Prazo
Figura nº 008	Vendas de Mercadorias
Figura nº 009	Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras
Figura nº 010	Variações Monetárias e Cambiais
Figura nº 011	Transferências Intragovernamentais
Figura nº 012	Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos
Figura nº 013	Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas
Figura nº 014	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais
Figura nº 015	Depreciação, Amortização e Exaustão
Figura nº 016	Transferências Intragovernamentais
Figura nº 017	Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos
Figura nº 018	Subvenções Econômicas

4) Informações Gerais – Orçamento de Guerra, Material de Consumo na Prevenção da Pandemia

A) **Impacto do reconhecimento de Estado de Calamidade Pública**

Em termos orçamentários, o MAPA não teve impacto direto no reconhecimento de Estado de Calamidade Pública.

Apesar dos bloqueios e dos cancelamentos de dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro, o MAPA encerrou 2020 com orçamento para despesas discricionárias superior ao consignado na Lei Orçamentária Anual devido a obtenção de Créditos Suplementares.

B) **Autorização para abertura de créditos extraordinários (EC nº106 de maio de 2020)**

Em relação à EC nº106, de maio de 2020, o MAPA não foi contemplado com dotações orçamentárias relativas ao regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.

C) **Afirmações sobre a utilização do Orçamento de Guerra**

As ações apresentadas pelo MAPA ao Ministério da Economia não foram aprovadas e, conseqüentemente, não foram contempladas no Orçamento de Guerra.

D) **Afirmações sobre a utilização de Material de Consumo na Prevenção da COVID**

Houve a utilização de material de consumo na prevenção da COVID, mas não há itens de classificação por natureza da despesa específicos disponíveis nas consultas ao SIAFI que permita captar tais informações.

5) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que têm como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) Informação agropecuária;
- f) Defesa agropecuária e segurança do alimento;
- g) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) Assistência técnica e extensão rural;
- j) Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) Desenvolvimento rural sustentável;
- m) Políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
- o) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;

- p) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
- r) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- t) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
- u) Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor, prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

O MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 10 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

6) Demonstrações Contábeis

6.1) Balanço Financeiro

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	6.917	6.872	Despesas Orçamentárias	19.949	19.543
Ordinárias	370	356	Ordinárias	4.824	9.481
Vinculadas	6.425	6.422	Vinculadas	15.125	10.062
Alienação de Bens e Direitos	49	45	Seguridade Social (Exceto Previdência)	344	1.515
Transferências Constitucionais e Legais	7	6	Previdência Social (RPPS)	1.301	808
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.362	6.370	Receitas Financeiras	168	870
Recursos a Classificar	7	1	Dívida Pública	5.809	47
(-) Deduções da Receita Orçamentária	122	94	Alienação de Bens e Direitos	7	12
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	7.485	6.595
			Outros Recursos Vinculados	12	215
Transferências Financeiras Recebidas	39.039	43.271	Transferências Financeiras Concedidas	28.288	32.104
Resultantes da Execução Orçamentária	28.916	30.503	Resultantes da Execução Orçamentária	17.515	19.182
Cota Recebida	11.275	11.273	Repasso Concedido	6.074	6.365
Repasso Recebido	6.263	6.425	Sub-repasso Concedido	11.297	12.734
Sub-repasso Recebido	11.297	12.734	Cota Devolvida	63	12
Repasso Devolvido	42	11	Repasso Devolvido	42	11
Sub-repasso Devolvido	40	60	Sub-repasso Devolvido	40	60
Independentes da Execução Orçamentária	10.122	12.769	Independentes da Execução Orçamentária	10.773	12.922
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.327	4.505	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.965	2.451
Demais Transferências Recebidas	947	1.031	Demais Transferências Concedidas	946	1.029
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.849	7.082	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.861	9.291
Movimentações para Incorporação de Saldos		151	Movimentações para Incorporação de Saldos		151
Recebimentos Extraorçamentários	5.616	5.349	Pagamentos Extraorçamentários	3.016	3.130
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	669	859	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	978	766
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.372	3.781	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.820	2.105
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	263	262	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	218	259
Outros Recebimentos Extraorçamentários	313	448	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0	1
Arrecadação de Outra Unidade	302	433			
Demais Recebimentos	11	14			
Saldo do Exercício Anterior	7.861	7.146	Saldo para o Exercício Seguinte	8.180	7.861
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.861	7.146	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.180	7.861
TOTAL	59.433	62.639	TOTAL	59.433	62.639

Fonte: SIAFI-Web 2020 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2020

6.2) Balanço Patrimonial

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		12.532	11.028	PASSIVO CIRCULANTE		5.959	5.210
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.180	7.861	Obrig.Trab., Prev. e Assist.a Pg a CP		1.129	1.082
Créditos a Curto Prazo		4.094	1.153	Empréstimos e Financiamentos a CP		765	909
Clientes		12	12	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	Nota 001	363	153
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.402	1.142	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1	1
Demais Créditos e Valores		2.686	0	Obrig. de Repartição a Outros Entes		0	170
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-7	0	Provisões a Curto Prazo	Nota 003	0	36
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0	1.644	Demais Obrigações a Curto Prazo		3.700	2.859
Estoques		258	369				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		346.418	342.567	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.915	2.108
Ativo Realizável a Longo Prazo		24.160	24.982	Obrig.Trab.,Prev.e Assist.a Pg a LP		4	1
Créditos a Longo Prazo		24.160	14.622	Empréstimos e Financ. a LP		0	0
Clientes		206	206	Forneced. e Contas a Pagar a LP	Nota 001	316	316
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		14.028	14.277	Provisões a Longo Prazo	Nota 003	544	724
Dívida Ativa Não Tributária		139	139	Demais Obrigações a Longo Prazo		1.052	1.067
Demais Créditos e Valores		9.795	0	Resultado Diferido		0	0
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-8	0	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		7.874	7.318
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0	10.360				
Investimentos	Nota 006	15	16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Participações Permanentes		13	15	ESPECIFICAÇÃO			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		2	2			2020	2019
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		21	34				
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-10	-22	Patrimônio Social e Capital Social		3.351	3.288
Demais Investimentos Permanentes		2	2	Adiantº para Futuro Aum.de Capital (AFAC)		19	24
Demais Investimentos Permanentes		2	2	Reservas de Lucros		19	50
Imobilizado	Nota 004	322.131	317.503	Demais Reservas		13	13
Bens Móveis		1.293	1.297	Resultados Acumulados		347.674	342.902
Bens Móveis		2.525	2.433	Resultado do Exercício		4.518	14.874
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-27	-27	Resultados de Exercícios Anteriores		342.902	326.024
Bens Imóveis		320.838	316.206	Ajustes de Exercícios Anteriores		255	2.004
Bens Imóveis		321.829	317.152	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		351.076	346.276
(-)Depr./Amort./Exaustão Acum.de Bens Imóveis		-991	-946				
Intangível	Nota 005	113	65				
Softwares		113	64				
Softwares		164	113				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-51	-50				
TOTAL DO ATIVO		358.950	353.594	TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO		358.950	353.594

Quadros do Balanço Patrimonial

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES						
ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	
ATIVO FINANCEIRO	8.594,97	8.088,42	PASSIVO FINANCEIRO	7.962,56	6.875,27	
ATIVO PERMANENTE	350.354,79	345.505,84	PASSIVO PERMANENTE	6.652,37	6.090,43	
			SALDO PATRIMONIAL	344.334,84	340.628,56	
QUADRO DE COMPENSAÇÕES						
ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	977,36	989,67	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		7.877,66	9.308,56
Atos Potenciais Ativos	977,36	989,67	Atos Potenciais Passivos		7.877,66	9.308,56
Garantias e Contragarantias Recebidas	154,91	178,59	Garantias e Contragarantias Concedidas		0,01	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrum.Congêneres	765,78	780,11	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		3.499,09	3.012,62
Direitos Contratuais	56,67	30,97	Obrigações Contratuais	Nota 002	4.378,57	6.295,93
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	977,36	989,67	TOTAL		7.877,66	9.308,56
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL						
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO			
Recursos Ordinários					-2.820,25	
Recursos Vinculados					3.452,66	
Seguridade Social (Exceto Previdência)					-49,29	
Previdência Social (RPPS)					-0,05	
Receitas Financeiras					-21,30	
Dívida Pública					1.543,94	
Alienação de Bens e Direitos					104,49	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas					1.801,64	
Outros Recursos Vinculados					73,22	
TOTAL					632,41	

Fonte: SIAFI-Web 2020 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2020

6.3) Demonstrações das Variações Patrimoniais

VALORES EM MILHÕES DE REAIS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		57.125	653.021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		84	90
Taxas		84	90
Contribuições		1.785	1.862
Contribuições Sociais		1.771	1.850
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		14	12
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		270	271
Venda de Mercadorias		197	219
Vendas de Produtos		0	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		72	52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		630	651
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		163	185
Juros e Encargos de Mora		22	21
Variações Monetárias e Cambiais		88	3
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		357	441
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	0
Transferências e Delegações Recebidas		42.687	615.251
Transferências Intragovernamentais		39.927	612.135
Transferências Intergovernamentais		3	4
Transferências das Instituições Privadas		2	2
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.755	3.109
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		10.796	34.343
Reavaliação de Ativos		2.226	6.380
Ganhos com Alienação		3	12
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.700	24.456
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.866	3.494
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		873	555
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		27	25
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		445	62
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		400	467

Continuação das Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		52.637	638.164
Pessoal e Encargos		6.115	6.770
Remuneração a Pessoal		4.373	4.837
Encargos Patronais		1.482	1.547
Benefícios a Pessoal		114	145
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		147	241
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.951	2.748
Aposentadorias e Reformas		1.887	1.756
Pensões		1.017	985
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		47	7
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.135	4.242
Uso de Material de Consumo		82	97
Serviços		3.888	3.825
Depreciação, Amortização e Exaustão		165	320
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5	6
Juros e Encargos de Mora		0	1
Variações Monetárias e Cambiais		0	1
Descontos Financeiros Concedidos		4	3
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1	2
Transferências e Delegações Concedidas		31.308	603.715
Transferências Intragovernamentais		29.194	601.032
Transferências Intergovernamentais		974	1.078
Transferências ao Exterior		18	22
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.121	1.583
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.655	19.160
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		874	6.507
Perdas com Alienação		1	2
Perdas Involuntárias		5	5
Incorporação de Passivos		1.424	2.852
Desincorporação de Ativos		4.351	9.794
Tributárias		38	32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		36	30
Contribuições		2	2
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		276	394
Custo das Mercadorias Vendidas		274	392
Custos dos Produtos Vendidos		1	3
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.156	1.096
Incentivos		2	3
Subvenções Econômicas		912	556
Constituição de Provisões		229	502
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		12	35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		4.488	14.857

Fonte: SIAFI-Web 2020 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2020

6.4) Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	VALORES EM MILHÕES DE REAL			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.386	2.386	2.485	99
Receitas Tributárias	64	64	58	-6
Taxas	64	64	58	-6
Receitas de Contribuições	1.356	1.356	1.688	333
Contribuições Sociais	1.354	1.354	1.688	334
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2	2	0	-2
Receita Patrimonial	471	471	377	-94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	8	8	6	-2
Valores Mobiliários	447	447	350	-97
Exploração de Recursos Naturais	16	16	21	5
Receita Agropecuária	13	13	9	-4
Receita Industrial	0	0	0	0
Receitas de Serviços	284	284	211	-74
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	44	44	48	4
Serviços e Atividades Financeiras	240	240	163	-77
Transferências Correntes	13	13	5	-8
Outras Receitas Correntes	185	185	136	-49
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	42	42	41	-1
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	84	84	74	-9
Demais Receitas Correntes	59	59	21	-39
RECEITAS DE CAPITAL	11.760	11.760	4.432	-7.329
Operações de Crédito	4.949	4.949	-	-4.949
Operações de Crédito Internas	4.936	4.936	-	-4.936
Operações de Crédito Externas	13	13	-	-13
Alienação de Bens	1.444	1.444	44	-1.400
Alienação de Bens Móveis	1.404	1.404	5	-1.398
Alienação de Bens Imóveis	40	40	39	-2
Amortização de Empréstimos	5.366	5.366	4.388	-978
Transferências de Capital	1	1	-	-1
SUBTOTAL DE RECEITAS	14.146	14.146	6.917	-7.230
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	14.146	14.146	6.917	-7.230
DEFICIT			13.032	13.032
TOTAL	14.146	14.146	19.949	5.802
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	35	35	-

Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO /2020

Anexos ao Balanço Orçamentário

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	174	655	418	396	112	322
Pessoal e Encargos Sociais	1	135	58	58	9	69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	173	521	360	338	103	253
DESPESAS DE CAPITAL	1.693	3.126	1.506	1.425	1.062	2.333
Investimentos	698	1.632	1.011	971	114	1.244
Inversões Financeiras	996	1.494	495	453	948	1.088
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.867	3.781	1.924	1.820	1.174	2.654

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	14	945	848	3	109	
Pessoal e Encargos Sociais	0	609	609	1	0	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	14	336	239	2	109	
DESPESAS DE CAPITAL	96	139	130	24	81	
Investimentos	90	136	128	23	75	
Inversões Financeiras	6	3	2	1	6	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	110	1.084	978	27	190	

Fonte: SIAFI-Web 2020 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO /2020

6.5) Demonstração dos Fluxos de Caixa

	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	528,35	1.260,18
INGRESSOS	42.099,52	46.615,67
Receita Tributária	58,27	58,02
Receita de Contribuições	1.688,49	1.709,38
Receita Patrimonial	27,14	20,25
Receita Agropecuária	9,41	12,44
Receita Industrial	0,07	0,12
Receita de Serviços	210,90	227,23
Remuneração das Disponibilidades	349,77	425,95
Outras Receitas Derivadas e Originárias	136,13	179,04
Transferências Recebidas	5,00	2,28
Intergovernamentais	2,81	0,12
Dos Estados e/ou Distrito Federal	2,81	0,12
Outras Transferências Recebidas	2,19	2,15
Outros Ingressos Operacionais	39.614,34	43.980,98
Ingressos Extraorçamentários	262,94	261,76
Restituições a Pagar	0,01	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	0,08
Transferências Financeiras Recebidas	39.038,84	43.271,44
Arrecadação de Outra Unidade	301,81	433,37
Demais Recebimentos	10,66	14,33
DESEMBOLSOS	-41.571,17	-45.355,50
Pessoal e Demais Despesas	-10.800,49	-11.150,21
Administração	-0,59	-4,29
Assistência Social	-217,74	-58,78
Previdência Social	-2.768,42	-2.703,01
Direitos da Cidadania	-43,12	-0,64
Urbanismo	-	-0,28
Gestão Ambiental	-38,82	-37,21
Ciência e Tecnologia	-0,09	-0,19
Agricultura	-6.331,21	-6.503,36
Organização Agrária	-1.119,42	-1.664,73
Energia	-0,07	-
Encargos Especiais	-281,10	-177,73
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,09	-

Continuação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Transferências Concedidas	-2.264,38	-1.841,22
Intergovernamentais	-1.161,64	-759,37
A Estados e/ou Distrito Federal	-409,34	-142,95
A Municípios	-752,31	-616,41
Intragovernamentais	-1.051,12	-1.046,67
Outras Transferências Concedidas	-51,62	-35,18
Outros Desembolsos Operacionais	-28.506,31	-32.364,07
Dispêndios Extraorçamentários	-217,86	-259,19
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-0,29
Transferências Financeiras Concedidas	-28.288,15	-32.104,15
Valores Compensados	-0,30	-0,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-209,45	-545,06
INGRESSOS	4.431,55	4.237,29
Alienação de Bens	44,00	42,87
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.387,55	4.194,42
DESEMBOLSOS	-4.641,00	-4.782,35
Aquisição de Ativo Não Circulante	-156,54	-199,27
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-4.260,86	-4.333,40
Outros Desembolsos de Investimentos	-223,60	-249,68
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	318,90	715,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.861,14	7.146,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.180,03	7.861,14

Fonte: SIAFI-Web 2020 - Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO/2020



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

6.6) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	VALORES EM MILHÕES DE REAL								
	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	3.268	20	0	67	13	325.982	-	-	329.349
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0	-	-	-	-517	-	-	-517
Aumento/Redução de Capital	20	4	-	-	-	0	-	-	24
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	324	-	-	324
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	14.857	-	-	14.857
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-17	-	2.256	-	-	2.239
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	3.288	24	0	50	13	342.902	0	0	346.276
Saldo Inicial do Exercício 2020	3.288	24	0	50	13	342.902	-	-	346.276
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	40	7	-	-	-	79	-	-	125
Aumento/Redução de Capital	24	-11	-	-	-	-	-	-	12
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	191	-	-	191
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-11	-	-	-11
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	3.351	19	0	50	13	343.160	0	0	346.593

Extraído do SIAFIWEB – DEZEMBRO /2020



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

7) Declaração do Contador (conforme Macrofunção Siafi 02.03.15)

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esta declaração reflete a CONFORMIDADE CONTÁBIL das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, EXCETO quanto aos assuntos mencionados no Item 7.1 a seguir:

7.1) Declaração dos Órgãos Subordinados com Restrição

Restrições Contábeis apontadas na Conformidade Contábil de dezembro/2020 nos seguintes Órgãos Subordinados ao MAPA

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

RESTRICÕES CONTÁBEIS			OBSERVAÇÕES
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	
2ª	606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	
3ª	612	DIVERG.ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. ORÇAM PAGO	
4ª	616	OUTROS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	
5ª	631	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-INVEST	
6ª	632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	
7ª	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	
8ª	642	FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB	
9ª	643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	
10ª	651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	
11ª	653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	
12ª	656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
13ª	657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	
14ª	659	CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS	
15ª	660	CONTR. REPASSE A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
16ª	661	CONTR. REPASSE A APROVAR COM DATA EXPIRADA	
17ª	668	ACORDO COOP.TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA	
18ª	668	ACORDO COOP.TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA	
19ª	670	ACORDO COOP.TECNICA A LIBERAR - DATA EXPIRADA	
20ª	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	
21ª	677	FALTA/ATRASO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	
22ª	700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	
23ª	703	ERRO NA CLASSIFICACAO DA DESPESA	
24ª	707	SALDO INVERTIDO - CLASSE 8	
25ª	708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	
26ª	737	UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	
27ª	751	DEMAIS INCOERENCIAS - DEMONST.DISPONIBILIDADE	
28ª	764	SDO.ALONG/INDEV.CONTAS PASSIVO COMPENSADO	
29ª	773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
30ª	775	TED A REPASSAR EXPIRADOS	

Restrição Contábil aplicada em UGs do Órgão, para as quais foi aberto o Processo SEI nº 21000.004906/2021-14, contendo planilha com as justificativas das Unidades pelo motivo da permanência, assim como as providências tomadas ou a serem tomadas conforme disciplina o Manual do Siafi na Macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício de 2020, nos Itens 8.1.1.5, 8.1.1.6 e por último o Item 8.2.1 que informa a data de entrega do Relatório Anual de Inconsistências Contábeis, ou seja, dia 30/04/2021.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

Órgão: Instituto Nacional de Colonização Agrária – INCRA

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS			OBSERVAÇÕES
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	306	APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA	
2ª	307	RECEITAS REGISTRADAS FORA DO PERIODO	
3ª	314	EXISTENCIA DE UGR SEM VINCULACAO A UMA UCG	
4ª	315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	
5ª	311	UCG ORGAO INCOMPATIVEL COM ESTRUTURA FORMAL	
6ª	321	FALTA DE ATUALIZACAO DE PROVISAO	
7ª	538	SALDOS DE IMOVEIS ESP. NAO CONFERE C/ SPIUNET	
8ª	550	FALTA DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO	
9ª	604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	
10ª	605	FALTA DE RECLASSIF.P/CP DE VALORES LP-ATIVOS	
11ª	606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	
12ª	609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	
13ª	610	SAQUE COM CARTAO DE PAGTO SEM LIQUID. DESPESA	
14ª	611	LIMITE CONTRA-ENTREGA EXERC.ANT.NAO DEVOLVIDO	
15ª	612	DIVERG.ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. ORÇAM PAGO	
16ª	615	FALTA DE ATUALIZ VALORES DO ATIVO NÃO CIRC.	
17ª	616	OUTROS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	
18ª	618	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA LP	
19ª	620	FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - CP	
20ª	621	FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - LP	
21ª	622	FALTA ATUALIZ. DIVIDA ATIVA	
22ª	623	FALTA ATUALIZ. JUROS E MULTAS DIVIDA ATIVA	
23ª	624	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA CP	
24ª	625	FALTA REG./ATUALIZACAO AJUS.PERDAS PROVAVEIS	
25ª	626	OMISSAO DE BAIXA DE VALORES PRESCRITOS - CP	
26ª	627	OMISSAO DE BAIXA DE VALORES PRESCRITOS - LP	
27ª	629	SALDO INVERTIDO ATIVO NÃO FINAN - IMOBILIZADO	
28ª	631	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-INVEST	
29ª	632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	
30ª	634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	
31ª	635	FALTA REG./ATUALIZACAO AJUS.PERDAS PROVAVEIS	
32ª	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	
33ª	641	BENS IMOV.Ñ CLASSIF.COMO.USO ESPECIAL	
34ª	642	FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB	
35ª	643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	
36ª	645	OUTROS - ATIVO PERMANENTE	
37ª	647	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	
38ª	651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	
39ª	653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	
40ª	656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
41ª	657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	
42ª	659	CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS	
43ª	667	NAO FECHAMENTO CLASSES 7 X 8	
44ª	671	TRANSF.VOLUNT. S/COMPROV. E NÃO ENV.P/INADIMP	
45ª	672	FALTA DE ATUALIZ. PASSIVOS CIRCULANTES	
46ª	673	FALTA DE RECLAS.P/PAS.CIRC.VALORES PAS.EX.LP	
47ª	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	
48ª	677	FALTA/ATRASO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	
49ª	681	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES RECEBIDOS GRU	
50ª	683	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES OB CANCELADAS	
51ª	689	FALTA DE ATUAL. DO PATRIMONIO LIQUIDO	
52ª	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	
53ª	700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	
54ª	703	ERRO NA CLASSIFICACAO DA DESPESA	
55ª	705	FALTA COMPROVACAO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	
56ª	708	COMPROVACAO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	
57ª	713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	
58ª	714	SALDO INVERTIDO - CLASSE 7	
59ª	731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	
60ª	745	SALDOS INDEVIDOS E/OU REMANESC.BAL.FINANCEIRO	
61ª	748	DEMAIS INCOERENCIAS - BALANCO PATRIMONIAL	
62ª	754	SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.	
63ª	761	INCONSISTÊNCIA NOS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA	
64ª	764	SDO.ALONG/INDEV.CONTAS PASSIVO COMPENSADO	
65ª	776	FALTA DE RECONHECIMENTO DE BENS IMÓVEIS	

Restrição Contábil aplicada em UGs do Órgão, para as quais foi aberto o Processo SEI nº 21000.5012/2021-33, contendo planilha com as justificativas do Órgão pelo motivo da permanência, assim como as providências tomadas ou a serem tomadas conforme disciplina o Manual do Siafi na Macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício de 2020, nos Itens 8.1.1.5, 8.1.1.6 e por último o Item 8.2.1 que informa a data de entrega do Relatório Anual de Inconsistências Contábeis, ou seja, dia 30/04/2021.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

Órgão: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS			OBSERVAÇÕES
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	300	FALTA DE CONCILIAÇÃO BANCARIA	UG 135013 – Alguns extratos judiciais foram impossibilitados de emissão, aguardando liberação de senha pela Caixa Econômica Federal (CEF), após assinatura de novo contrato com a CEF. Providências: Senhas cadastradas
2ª	550	FALTA DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO	
3ª	607	OUTROS - ATIVO CIRCULANTE	UG 135038 – Não enviado ao SOF pela área de Patrimônio os relatórios para conciliação do Ativo: Mapa de Estoque e Ativo Imobilizado
4ª	609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	UG 135014, 135020 e 135023– Devido a implantação do Sistema SAP, o saldo do almoxarifado não está de acordo com o SIAFI. Providências: Será regularizado no mês de janeiro 2021.
5ª	604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	
6ª	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	UG 135007 – Saldo contábil bens móveis não confere com RMB. Providências: Será regularizado no mês de janeiro/2021.
7ª	642	FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB	UG 135024 – Diferença de R\$ 3.952,70 apurada na depreciação acumulada. Providências: As restrições serão regularizadas conforme forem identificados os valores
8ª	656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	UG 135046 - As restrições serão regularizadas conforme forem identificados os valores.
9ª	657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	UG 135046 - As restrições serão regularizadas conforme forem identificados os valores.
10ª	696	OUTROS - CONTROLES CREDITORES	UG 135037 - O registro na Conta 1.2.1.2.2.98.99 deveu-se ao fato de as Situações/Eventos para o registro nas Contas 1.2.1.2.2.02.13 e 1.2.1.2.2.02.14, serem incompatíveis com o Conta Corrente (Fonte de Recurso). Providências: para a reclassificação, estamos aguardando resposta do Mapa.
11ª	697	SALDO INVERTIDO - CLASSE 6	UG 135037 - Conta 6.2.1.2.0.00.00 Receita Realizada; UG 135029 Conta 6.2.2.89.2.02.01 Crédito a Liquidar – Controle na UO UG 135029
12ª	707	SALDO INVERTIDO - CLASSE 8	135019 – Inversão Classe 8 referente dev. Aplic. Conv.GRU restituição RA 5 e 6.
13ª	714	SALDO INVERTIDO - CLASSE 7	135019 – Inversão Classe 7 referente dev. Aplic. Conv.GRU restituição RA 5 e 6.
14ª	772	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	UG 135038 - BP - DSF - RECURSOS VINCULADOS (EQUAÇÃO 0198) UG 135046 - BP - DSF - RECURSOS VINCULADOS (EQUAÇÃO 0198)

Restrição Contábil aplicada em UGs do Órgão, para as quais foi aberto o Processo SEI nº 21000.5010/2021-44, contendo planilha com as justificativas do Órgão pelo motivo da permanência, assim como as providências tomadas ou a serem tomadas conforme disciplina o Manual do SIAFI na Macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício de 2020, nos Itens 8.1.1.5, 8.1.1.6 e por último o Item 8.2.1 que informa a data de entrega do Relatório Anual de Inconsistências Contábeis, ou seja, dia 30/04/2021.

Órgão: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS			OBSERVAÇÕES
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	Restrição Contábil aplicada em UGs do Órgão, para as quais foi aberto o Processo SEI nº 21000.005007/2021-21, contendo planilha com as justificativas do Órgão pelo motivo da permanência, assim como as providências tomadas ou a serem tomadas conforme disciplina o Manual do SIAFI na Macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício de 2020, nos Itens 8.1.1.5, 8.1.1.6 e por último o Item 8.2.1 que informa a data de entrega do Relatório Anual de Inconsistências Contábeis, ou seja, dia 30/04/2021.
2ª	683	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES OB CANCELADAS	
3ª	772	DEMAIS INCOERENCIAS – DDR	

Órgão: Fundo de Defesa da Economia Cacauera – FUNCAFE

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS			OBSERVAÇÕES
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	608	SALDO INVERTIDO ATIVO CIRCULANTE	Restrição Contábil aplicada em UGs do Órgão, para as quais foi aberto o Processo SEI nº 21000.xxxxx/2021-xx, contendo planilha com as justificativas do Órgão pelo motivo da permanência, assim como as providências tomadas ou a serem tomadas conforme disciplina o Manual do SIAFI na Macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício de 2020, nos Itens 8.1.1.5, 8.1.1.6 e por último o Item 8.2.1 que informa a data de entrega do Relatório Anual de Inconsistências Contábeis, ou seja, dia 30/04/2021.
2ª	773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
3ª	775	TED A REPASSAR EXPIRADOS	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Órgão: Serviço Florestal Brasileiro – SFB

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS			OBSERVAÇÕES
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	Restrição Contábil aplicada em UGs do Órgão, para as quais foi aberto o Processo SEI nº 21000.xxxxx/2021-xx, contendo planilha com as justificativas do Órgão pelo motivo da permanência, assim como as providências tomadas ou a serem tomadas conforme disciplina o Manual do Siafi na Macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício de 2020, nos Itens 8.1.1.5, 8.1.1.6 e por último o Item 8.2.1 que informa a data de entrega do Relatório Anual de Inconsistências Contábeis, ou seja, dia 30/04/2021.
2ª	632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	
3ª	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	
4ª	642	FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB	
5ª	643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	
6ª	668	ACORDO COOP.TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA	
7ª	773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
8ª	775	TED A REPASSAR EXPIRADOS	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

7.2) Afirmações nas Demonstrações Contábeis (conforme Macrofunção Siafi 02.03.15)

Código da Unidade Gestora que é a Setorial Contábil: 130003-CCONT/MAPA
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", Térreo, Salas 25 a 27 – CEP 70.043-900 – Brasília/DF
Nome do Contador Geral Responsável pelo MAPA como Administração Direta: Alberto Jeronimo Pereira
Endereço de e-mail: alberto.jeronimo@agricultura.gov.br

MATERIALIDADE:

Identifica-se que os controles paralelos, principalmente o Sistema de Controle Patrimonial ASI da Linkdata não se apresenta totalmente seguro com as informações inerentes, por diversas paralizações no sistema, visto que com a finalização do contrato com a Empresa Linkdata em 2018, nenhum outro sistema o substituiu.

Ademais que em níveis do Mapa como Administração Direta detecta-se 3 (três) Sistemas de Controle Patrimonial, tais como:

→ASI da Linkdata, do INMET, da CEPLAC e SIADS, cada um com metodologias diferentes.

No final de 2020 iniciou-se a implantação do SIADS em algumas Unidades Gestoras, iniciando-se na Sede do Mapa.

1. **Existência:**

Todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade?

SIM (x) NÃO ()

2. **Ocorrências:**

Todos os eventos registrados ocorreram?

SIM (x) NÃO ()

Nota: A Coordenação de Contabilidade do MAPA como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF é responsável contábil por Unidades da Administração Direta em todo o País. Diante disso os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos visto ter servidores em cada Unidade responsável sobre a ocorrência ou não.

3. **Integridade:**

Todos os eventos que deveriam estar registrados foram registrados. Todos os ativos, passivos e patrimônio líquido foram registrados?

SIM (x) NÃO ()

Nota: A Coordenação de Contabilidade do MAPA como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF é responsável por Unidades da Administração Direta em todo o País. Diante disso os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos visto ter servidores em cada Unidade responsável sobre a integridade ou não.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

4. **Direitos e Obrigações:**

A entidade detém e controla os direitos? E os passivos são obrigações da entidade?

SIM (x) NÃO ()

5. **Exatidão, valorização e alocação:**

Ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização estão adequadamente registrados?

SIM (x) NÃO ()

Nota: Não houve avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis e outros, visto que as Unidades não tem pessoal para esse procedimento, nem recursos para contratação.

6. **Corte:**

Transações e eventos foram registrados no período contábil correto.

SIM (x) NÃO ()

7. **Classificação e compreensibilidade:**

Os eventos foram registrados nas contas corretas?

SIM (x) NÃO ()



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

7.3) Dentre outras as distorções mais relevantes em nível do Ministério

SEQ.	DISTORÇÕES
<u>01</u>	No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante ao INCRA e as Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.
<u>02</u>	<p><u>Sobre as recomendações do TCU no Acórdão 1331/2019 na Auditoria Financeira no INCRA:</u> O INCRA apresenta em suas Notas Explicativas inseridas no SIAFI: “... os trabalhos projetados para a Portaria 346 de 27/02/2020 não foram concluídos. Em 05/11/2020 foi publicada a Portaria 1932 com o intuito de prorrogar a portaria nº 346/2020, apresentar novo cronograma e novos prazos para conclusão dos trabalhos projetados para o GT portaria nº 346/2020 e que foi realizada a montagem dos kits de informação contendo dados obrigatórios aos cadastros das glebas, inserção no SEI e lançamento no sistema SIAFI/SPIUnet das glebas consideradas prioritárias, ou seja, glebas certificadas que não estavam listadas no rol das glebas contabilizadas no lançamento global no SIAFI, realizado pelo Terra Legal em 2017. A identificação das áreas estimadas líquidas remanescentes de 238 (duzentos e trinta e oito) glebas está em fase de conclusão, com término previsto para 10/12/2020, conforme Art 1º da portaria 1932/2020. A previsão para conclusão dos trabalhos, conforme Art 2º da Portaria 1932/2020, é 20 /07/2021, com a apresentação do relatório de conclusão dos trabalhos, e, portanto, não será possível o atendimento integral dentro deste exercício. Conforme Art 1º da Portaria 1932/2020, a primeira fase do novo cronograma será a conclusão da identificação das áreas estimadas líquidas remanescentes de 238 (duzentos e trinta e oito) glebas, equivalente a 13,67% das áreas dos imóveis lançados de modo global no SIAFI, além dos documentos necessários aos registros no SPIUnet atualizados com base na Planilha de Preço Referencial, com prazo previsto até 10/12/2020. Em relação à ação de cadastramento efetivo no SPIUnet (patrimonialmente) não pôde ser realizado até o momento pois ainda existe a necessidade de conclusão da análise técnica dessas 238 glebas certificadas constantes no Lançamento Global no SIAFI em 2017, visto que pertencem a 11 Superintendências Regionais diferentes, sendo que cada uma corresponde a uma unidade gestora (UG). Sendo assim, fica inviável começar a cadastrar as glebas já analisadas e que estão aptas a cadastramento no SPIUnet, tendo em vista a logística de troca de UG no SPIUnet que é um fator retardatário para conclusão dos trabalhos de cadastramento. O serviço de troca de UG é exclusivamente executado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU, através de envio de formulário solicitando a mudança.</p> <p>Quanto a Recomendação da Auditoria Financeira: “...6.2.6. À Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República que adote as providências necessárias, a fim de possibilitar o devido registro dos ativos da União referentes aos créditos a receber decorrentes dos títulos de domínio emitidos para regularização fundiária no âmbito do Programa Amazônia Legal, em observância aos subitens 2.2.1 e 2.2.2 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público”.</p> <p>Resposta: “...O presente documento visa atualizar informações anteriormente prestadas via sistema “Governa”, conforme solicitação da Controladoria Geral da União QUE dizem respeito às recomendações 6.2.6 relativa ao exercício de 2016 da Prestação de Contas da Presidência da República tratadas conjuntamente relativa à seguinte recomendação: “RECOMENDAÇÃO 6.2.6 - À Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República que adote as providências necessárias, a fim de possibilitar o devido registro dos ativos da União referentes aos créditos a receber decorrentes dos títulos de domínio emitidos para regularização fundiária no âmbito do Programa Amazônia Legal, em observância aos subitens 2.2.1 e 2.2.2 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.”</p> <p>Em sua manifestação, o órgão de controle externo teceu a seguinte análise em suas conclusões: “Considerando os resultados apresentados até o momento, registra-se que o Incra deverá apresentar no próximo Ciclo de Monitoramento, para subsídio à elaboração da PCPR, texto para compor a PCPR com a posição consolidada das providências adotadas para o atendimento o à recomendação, informando ainda os resultados alcançados no exercício de 2020.”</p> <p>Já se encontra registrado nas contas contábeis 113811400, o valor de R\$ 29.283.031,20 e 121219805, o valor R\$ 237.629.644,74, resultante de transferências de saldos (exercício financeiro de 2019) em contas de Unidade Gestora/Gestão 130231/00001 – SUBSEC. EXTR. DE REG. FUND. DA AMAZ. LE à referida Unidade Gestora/Gestão 373083/37201.</p>
<u>03</u>	No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles: i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA), nos Laboratórios Federais (LFDA); ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia; iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades; iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS está sendo utilizado somente pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN. No final de 2020 algumas Unidades do Mapa, iniciando -se pela Sede, estão implantando o SIADS.
<u>04</u>	Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deveriam ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados. → As providências para a realização destes testes decorrem da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando da implantação de novo sistema de controle patrimonial que vislumbre tais testes.
<u>05</u>	Na maioria do ativo imobilizado da entidade não houve reavaliação nem redução ao valor recuperável neste exercício decorrente de várias impropriedades no sistema da LinkData e os demais sistemas de controle patrimonial atuantes no Mapa. Tal reconhecimento é necessário mesmo antes da incorporação de vários órgãos à Pasta, ademais com a relevância do imobilizado atualmente. As providências para tal reconhecimento decorre da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando da implantação de novo sistema de controle patrimonial, o SIADS, que vislumbre a reavaliação e a redução ao valor recuperável.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

06	<p>Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:</p> <ul style="list-style-type: none">→ No INCRA que refere-se a modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência;→ No FUNCAFE que refere-se a Dação em Pagamentos com diversas instituições financeiras quanto aos financiamentos da cafeicultura não há evidência da contabilização dos juros contratuais por competência;→ No FUNDO DE TERRAS que refere-se aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência. Em todos os casos estuda-se junto a CCONT/STN a possibilidade da efetivação desses registros.
07	<p>Quanto aos registros de Perdas Prováveis:</p> <ul style="list-style-type: none">→ No Mapa: não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos a Curto Prazo e Créditos a Longo Prazo→ No Incra: não houve revisão do valor do ajuste de R\$ 357.809,74 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e nove reais e setenta e quatro centavos) à época do encerramento financeiro de 2020, ou mensalmente, conforme determina a Macrofunção SIAFI 02.03.42 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS em que o próprio INCRA se manifesta: “...A Macrofunção SIAFI – Assunto: 020342 – Ajustes para perdas estimadas, estabelece, no item 6.2 “Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados. Para o cálculo de perda estimada em crédito de empréstimos concedidos do exercício financeiro de 2020 seriam utilizados os históricos de receitas estimadas e arrecadadas respectivamente nos exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019. O sistema responsável nesta Autarquia por apresentar relatórios de concessão e arrecadação de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária é o Sistema Nacional de Concessão de Crédito de Instalação – SNCCI. Durante o processamento dos arquivos repesados no exercício financeiro de 2020, verificou-se pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças divergências em parte dos registros de pagamento que foram incluídos com data invertida (mês/dia). Para a correção desses dados foi aberta, em 17/08/2020, a demanda SICODE-SNCCI/DO Nº 344, finalizada em 28/12/2020;→ No Funcafe: não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP;→ No SFB: não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos;→ No Fundo de Terras: não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos. <p>Em todos os casos estuda-se junto a CCONT/STN a possibilidade da efetivação desses registros.</p>
08	<p>Saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito:</p> <p>A STN solicita, por meio de mensagem no SIAFI, ao INCRA apresentação dos motivos da permanência de saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito no fechamento do ano de 2020 no valor de R\$ 738 (setecentos e trinta e oito milhões de reais), advindos de outros exercícios. A Autarquia responde através do mesmo meio, que foi criado um Grupo de Trabalho conforme O.S.Nº 988/2020/DO/SEDE/INCRA, mas que devido à Pandemia tornou-se impossível ao grupo fazer deslocamentos para verificações “in loco” da identificação dos imóveis para os devidos registros.</p> <p>Aguarda-se o fim do estado de emergência para a retomada aos trabalhos do grupo instituído para esse fim.</p>



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

7.4) Sistemas de Controle Interno desenvolvidos

7.4.1) Sistemas da Área Fim

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA

SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA SAP/MAPA

SIRGP – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISTAINHA – Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA

DCPOA - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal

SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambola

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SIMP - Sistema de Importação de Material Vegetal de Pesquisa

SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

e-SISBI-SGBI – Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

e-SISBI-SGE – Sistema de Gestão de Estabelecimento

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO - SAF/MAPA

SNPC - Sistema de Informações Documentais

SNPC - Cultivar Web

SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SRI/MAPA

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

7.4.2) Sistemas da Área Meio

GABINETE DA MINISTRA - GM

SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva

SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA

Portal MAPA - Página web da Internet

ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM

EP - Emendas Parlamentares

RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

MAPAVITRO - Gestão de contratos

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

SGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIGESTI - Sistema de Gestão de TI

SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias

SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

TIFACIL - Sistema gerenciador de chamados

CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios

VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferência

VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voice sobre IP

MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos

SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria

Contador Geral Responsável pelo MAPA

Alberto Jeronimo Pereira

Registro no CRC

DF 006624-T



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

8) Notas Explicativas

8.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são as peças elaboradas pelo Setor Público em observância ao que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, partes integrantes do Poder Executivo Federal

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanco Orçamentário (BO), o Balanco Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

8.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresenta-se na sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o **Real**. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira, há a conversão para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Neste trimestre, o MAPA apresenta o saldo de R\$ 8.180 (oito bilhões, cento e oitenta milhões de reais) destacando o valor de R\$ 4.254 (quatro bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões de reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira.

b.1) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 8.180 (oito bilhões, cento e oitenta milhões de reais)

- Moeda Nacional em 31/12/2020 **R\$ 8.175 milhões**
- Moeda Estrangeira em 31/12/2020 **R\$ 5 milhões**

b.2) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 6.899 (seis bilhões, oitocentos e noventa e nove milhões)

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 4.254 milhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 5 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 53 milhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1.276 milhões**
- Títulos da Dívida Pública em poder da UG **R\$ 2.587 milhões**.

c. Créditos a curto prazo

Neste último trimestre/2020 o MAPA apresenta o saldo de R\$ 1.407 (um bilhão, quatrocentos e sete milhões de reais), compreendendo os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- i. **Créditos tributários;**
- ii. **Créditos não tributários;**
- iii. **Dívida ativa;**
- iv. **Transferências concedidas;**
- v. **Empréstimos e financiamentos concedidos;**



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização são decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Em 31/12/2019 o Órgão possuía um saldo de R\$ 7.827 (sete bilhões, oitocentos e vinte e sete milhões de reais) relacionado aos créditos a receber, saldo este que no 4º trimestre de 2020 continuou o mesmo.

A composição dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos destaca-se no total de R\$ 1.402 (um bilhão, quatrocentos e dois milhões de reais):

→ **Empréstimos Concedidos a Receber** – R\$ 122 (cento e vinte e dois milhões) – INCRA – Beneficiários da Reforma Agrária.

→ **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de R\$ 1.280 (um bilhão, duzentos e oitenta milhões de reais) – FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES. Foram emitidas as seguintes Ordens Bancárias em 2020 para o BNDES: 2020OB800001, 2020OB800002, 2020OB800003, 2020OB800004 e 2020OB800005, porém, não houve a baixa contra a conta de Ativo e não foram constituídos ajustes para perdas, atualizações monetárias e apropriações de juros.

i. Adiantamentos;

Os adiantamentos do MAPA apresentam saldo neste último trimestre/2020 de R\$ 650 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). Destacam-se, entre esses, os Adiantamentos de Pessoal de Décimo Terceiro Salário, R\$ 109 (cento e nove milhões de reais); o Adiantamento de Férias, R\$ 54 (cinquenta e quatro milhões de reais), e a CONAB, que possui Adiantamento a Fornecedores, com saldo de R\$ 452 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões de reais), dentre outras rubricas.

ii. Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d. Estoques

Apresenta saldo neste último trimestre/2020 de R\$ 258 (duzentos e cinquenta e oito milhões de reais). Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Em 2020 os Estoques sofreram uma redução em relação a 2019 em torno de 30,08% com destaque detectado nos Órgãos do SFB (redução de 49,70%) e da CONAB (redução de 35,67%) decorrente de venda de balcão e leilão de milho e trigo.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Neste trimestre o MAPA apresenta o saldo de R\$ 346.419 (trezentos e quarenta e seis bilhões, quatrocentos e dezenove milhões de reais). Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com:

i. **Créditos tributários;**

ii. **Créditos não tributários;**

iii. **Dívida ativa;** somente no INCRA há a Dívida Ativa não Tributária com saldo de R\$ 139 (cento e trinta e nove milhões de reais).

iv. **Empréstimos e financiamentos concedidos;**

→ **Empréstimos Concedidos a Receber** – R\$ 10.807 (dez bilhões, oitocentos e sete milhões de reais):

a) No INCRA no valor de R\$ 6.218 (seis bilhões, duzentos e dezoito milhões de reais), relativos a Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional, com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo.

b) No FUNCAFÉ os Empréstimos Concedidos a Receber perfazem o total de R\$ 4.589 (quatro bilhões, quinhentos e oitenta e nove milhões de reais), relativos a Dação em Pagamento com várias Instituições



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Financeiras, com destaque relevante aos Bancos: Radobank International Brasil S/A, Banco Santander (Brasil) S/A e Banco do Brasil S/A.

→ **Financiamentos Concedidos a Receber – no valor de R\$ 3.221** (três bilhões, duzentos e vinte e um milhões de reais):

- a) No INCRA no valor de R\$ 86 (oitenta e seis milhões de reais);
- l) No Fundo de Terras no valor de R\$ 3.134 (três bilhões, cento e trinta e quatro milhões de reais), valores que foram contabilizados nesta rubrica em gestões anteriores, sem reclassificação para o Ativo Circulante e sem provisão para perdas e baixa dos pagamentos.

Estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Investimentos

Neste trimestre, apresenta saldo de R\$ 15 (quinze milhões de reais). São compostos por:

- i. **Participações permanentes;**
- ii. **Propriedades para investimento; e**
- iii. **Demais investimentos.**

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

No âmbito do MAPA, a Embrapa possui participações permanentes com saldo de R\$ 8 (oito milhões de reais), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis, e a CONAB com o valor de R\$ 15 (quinze milhões de reais).

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que Até o último trimestre/2020 destaca-se na CONAB o registro de R\$ 10 (dez milhões de reais) em Redução ao Valor Recuperável de Investimentos.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O imobilizado representa 89,74% do Ativo Total do órgão, e, neste trimestre, o MAPA possui o valor líquido de R\$ 322.131 (trezentos e vinte e dois bilhões, cento e trinta e um milhões de reais), do qual 97,11% está no INCRA.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

No MAPA, o Intangível bruto é de R\$ 165 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), e o valor amortizado equivale a R\$ 51 (cinquenta e um milhões de reais).

O Mapa não realizou teste relativo a perda por Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do ativo Intangível.

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e de bens móveis



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

No MAPA, a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfaz o valor de R\$ 1.205 (um bilhão, duzentos e cinco milhões de reais), do qual 63,85% desse valor está concentrado na Embrapa.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

No MAPA, a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 891 (oitocentos e noventa e um

Milhões de reais), do qual 44,17% desse valor está concentrado no INCRA. E a Amortização Acumulada de Bens Imóveis é de R\$ 100 (cem milhões de reais), sendo que 98,46% está registrada na Embrapa.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Empréstimos e financiamentos;
- iii. Fornecedores e contas a pagar;
- iv. Obrigações fiscais;
- v. Obrigações de repartições a outros entes;
- vi. Provisões; e
- vii. Demais obrigações.

No MAPA, o Passivo Circulante apresenta saldo de **R\$ 5.959** (cinco bilhões, novecentos e cinquenta e nove milhões de reais), o qual obteve maior destaque no **INCRA**, com **43,22%**. E quanto ao Passivo Não Circulante, cujo valor total é de **R\$ 1.915** (um bilhão, novecentos e quinze milhões de reais), tem maior destaque a empresa **CONAB** em **63,43%**.

A conta “Precatório de terceiros” no INCRA registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Em 31/12/2019 o Órgão possuía um saldo de R\$ 1.612 (um bilhão, seiscentos e doze milhões de reais), relacionado a precatórios de terceiros. No 4º trimestre de 2020, teve um acréscimo de **37,28%**, passando para R\$ 2.213 (dois bilhões, duzentos e treze milhões de reais). Esta variação refere-se à inclusão, reinclusão e atualizações monetárias de precatórios em 2021, conforme orientações do Conselho de Justiça Federal-CJF.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

I. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, no valor de R\$ 727 (setecentos e vinte e sete milhões de reais), representa o valor dos repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”. E R\$ 38 (trinta e oito milhões de reais) no Fundo de Terras.

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. **Riscos trabalhistas;**
- ii. **Riscos fiscais;**
- iii. **Riscos cíveis;**
- iv. **Repartição de créditos tributários;**
- v. **Provisões matemáticas; e**
- vi. **Outras.**

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

As Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Riscos Fiscais na CONAB, no valor de R\$ 5 (cinco milhões de reais);
- b) Provisão para Indenizações Trabalhistas na Embrapa, no valor de R\$ 253 (duzentos e cinquenta e três milhões de reais) e na CONAB, no valor de R\$ 291 (duzentos e noventa e um milhões de reais);
- c) Provisões para Indenizações Cíveis na **Conab**, no valor de **R\$ 250** (duzentos e cinquenta milhões de reais) – ver item [9.6\) Nota nº 003 – Provisões](#).

8.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

8.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;
- b. O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.
- c. DECRETO Nº 10.253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

9) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

9.1) Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

A. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

❖ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV (2020)
MAPA	429	641	-33,07%	5,24%
INCRA	2.875	3.087	-6,87%	35,15%
EMBRAPA	254	299	-15,05%	3,11%
CONAB	239	269	-11,15%	3,92%
FUNCAFE	4.356	3.481	25,14%	53,25%
SFB	2	4	-50,00%	0,02%
FUNDO DE TERRAS	25	80	-68,75%	0,31%
Total	8.180	7.861	4,06%	100,00%

Tabela nº 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

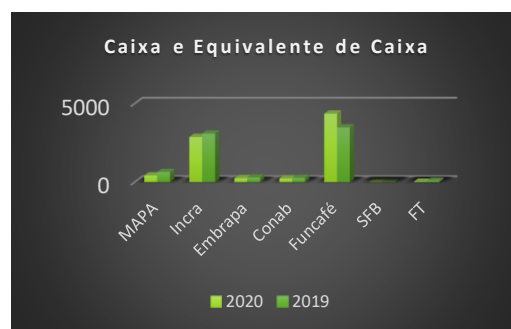


Figura nº 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em relação à **Conta Caixa e Equivalentes de Caixa** por órgão, destacou-se a variação horizontal de **-33,07%** do **MAPA**, decorrente das despesas com a folha de pagamento dos servidores; de **-15,05%** da **Embrapa**, decorrente das despesas com a folha de pagamento dos empregados; de **25,14%** no órgão **Funcafé**, decorrente do aumento de Aplicações de Recursos da Conta Única; de **-50,00%** no órgão **Fundo de Terras**, diminuição decorrente de pagamento de despesas de custeio/investimento; e de **-68,75%** do **Fundo de Terras**, decorrente, principalmente, do pagamento da capitalização do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) ao BNDES.

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ Milhões			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	4.254	52,00%	3.460	44,01%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5	0,06%	5	0,06%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0		0	
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	1.849	22,60%	1.841	23,42%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA EM TRÂNSITO	738	9,02%	756	9,62%
FUNDO DE APLICAÇÃO – EXTRAMERCADO	52	0,64%	57	0,73%
APLICAÇÃO FINANCEIRA DE LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1	0,01%	1	0,01%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	750	9,17%	985	12,53%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – ORDEM DE PAGAMENTO	526	6,43%	753	9,58%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	5	0,06%	4	0,05%
Total	8.180	100,00%	7.862	100,00%

Tabela nº 002 - Caixa e Equivalentes de Caixa



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

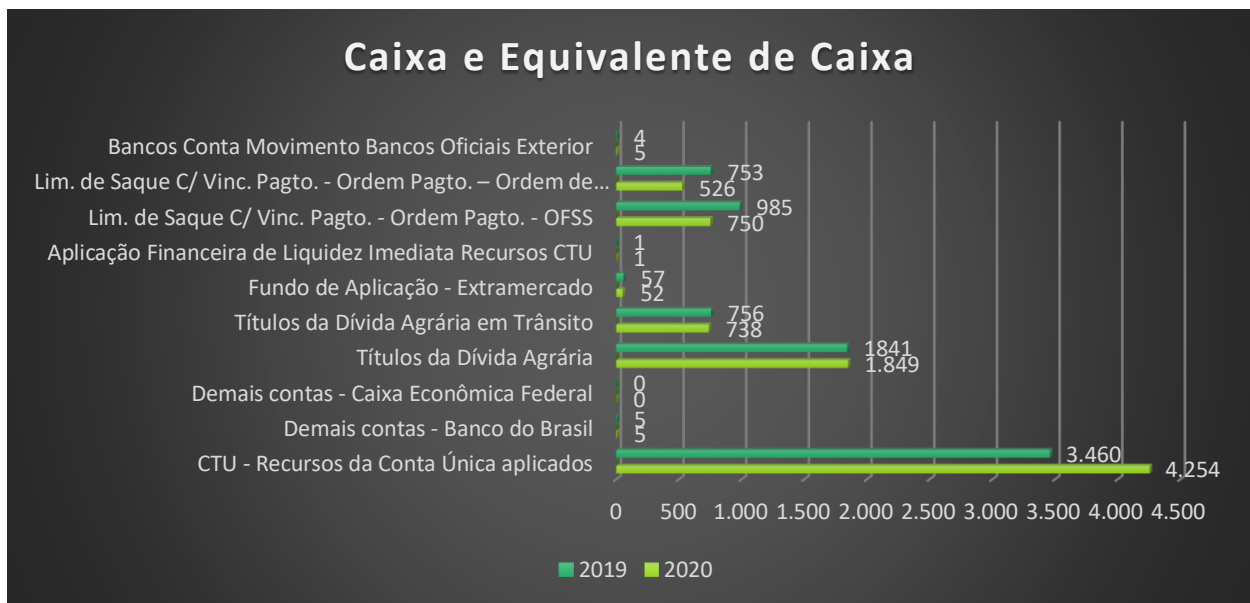


Figura nº 002 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** representa **52,00%** do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do órgão **Funcafé** na Conta Única da União.

Em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, que equivalem a **31,63%**, referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão **Incrá**.

❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Órgão	31/12/2020	31/12/2019	R\$ Milhões	
			AH	AV (2020)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	122	122	0,00%	8,70%
FUNDO DE TERRAS	1.280	1.020	25,49%	91,30%
Total	1.402	1.142	22,77%	100,00%

Tabela nº 003 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos do órgão **Fundo de Terras** representam **91,30%** do valor total da rubrica e são referentes à capitalização do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA).

❖ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	% AH	% AV (2020)
MAPA	594	477	24,53%	22,11%
INCRÁ	228	197	15,74%	8,49%
EMBRAPA	96	99	-3,03%	3,57%
CONAB	1.720	837	105,50%	64,04%
FUNCAFE	28	19	47,37%	1,04%
SFB	20	15	33,33%	0,74%
Total	2.686	1.644	63,38%	100,00%

Tabela nº 004 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

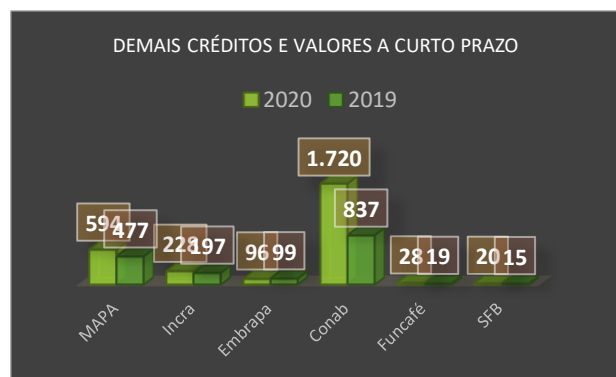


Figura nº 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo tiveram aumento de **63,38%** e o **MAPA** e a **CONAB** representam juntos **86,15%** do valor total desse subgrupo. Em relação à variação horizontal relevante de cada órgão, destacou-se o **MAPA** com **24,53%**, referente ao aumento do adiantamento de 13º salário, férias e de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED); a **CONAB** com **105,50%**, decorrente, principalmente, dos adiantamentos a fornecedores, das incorporações de direito de recebimento de recursos na conta única do Tesouro Nacional e dos créditos a receber cedidos pela União; o **Funcafé** com **47,37%** e o **SFB** com **33,33%**, referente, principalmente, ao aumento do adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

❖ Estoques:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
MAPA	13	14	-7,14%	5,02%
INCRA	3	3	0,00%	1,16%
EMBRAPA	38	25	52,00%	14,67%
CONAB	205	318	-35,53%	79,15%
SFB	0	0	0,00%	0,00%
Total	259	360	-28,06%	100,00%

Tabela nº 005 – Estoques

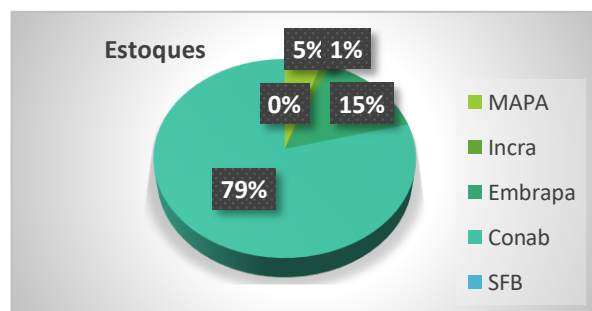


Figura nº 004 – Estoques

Em relação aos Estoques, destaca-se a empresa **Conab**, que representa **79,15%** do valor total referente à variação horizontal, teve diminuição de **-35,53%**, devido aos retornos de mercadorias armazenados em armazéns de terceiros para venda em leilão; e a empresa **Embrapa**, que representa **14,67%** e teve variação horizontal de **52,00%** referente a aquisição de minerais destinados a pesquisa.

B. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo e Dívida Ativa Não Tributária:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV (2020)
MINIST. DA AGRICULTURA	0	0	0,00%	0,00%
INCRA	6.304	6.159	2,35%	44,94%
FUNCAFE	4.589	4.984	-7,93%	32,72%
FUNDO DE TERRAS	3.134	3.134	0,00%	22,34%
Total	14.027	14.277	-1,75%	100,00%

Tabela nº 006 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram leve redução de **-1,75%**, destacando-se o órgão **Funcafé**, que reduziu **-7,93%**, que tem representação de **32,72%** do total desse subgrupo, devido ao recebimento de empréstimos concedidos vinculado ao contrato de estocagem; e o **Incra**, que representa **44,99%** desse total, e refere-se aos empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo.

Ademais, há apenas registro de Ajustes de Perdas em Créditos a Longo Prazo no órgão da **Conab**, com saldo de **R\$ 4** milhões de reais em 2020.

Órgão	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AV (2020)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	139	139	100,00%
Total	139	139	100,00%

Tabela nº 007 - Dívida Ativa Não Tributária



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia citada.

❖ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
MAPA	33	15	120,00%	0,34%
INCRA	8.143	8.071	0,89%	83,17%
EMBRAPA	344	312	10,26%	3,51%
CONAB	1.270	1.962	-35,27%	12,97%
FUNCAFE	1	1	0,00%	0,01%
SFB	0	0	0,00%	0,00%
Total	9.791	10.361	-0,47%	100,00%

Tabela nº 008 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

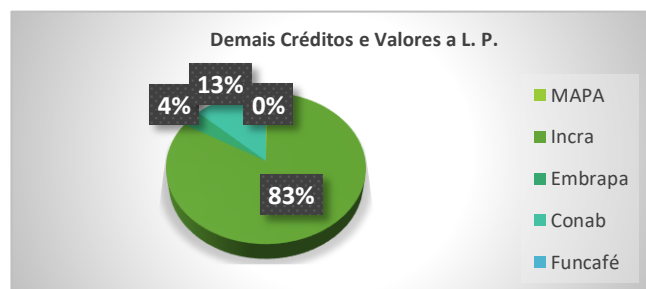


Figura nº 005 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Os **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** tiveram leve redução de **-0,47%** e o órgão **Incra** representa **83,17%** do total da rubrica, cujo valor de **R\$ 8.143 mi** (oito bilhões e cento e quarenta e três milhões de reais) refere-se aos registros de Créditos a Receber referentes à Regularização Fundiária.

Também se destaca a empresa **Conab**, que teve redução de **-35,27%** no período, devido à baixa de saldo de ativo contingente a receber por decisão judicial.

Ademais, no período, destacou-se a variação horizontal de **120,00%** no órgão **MAPA**, proveniente de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em Tomada de Contas Especial, cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União com imposição de débito ao responsável (conta contábil: 1.2.1.2.1.05.00 - Crédito por dano ao patrimônio - decisão TCU).

- ❖ O Imobilizado é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- ❖ O Intangível é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- ❖ Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

C. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV (2020)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4	1	154,86%	100,00%
Total	4	1	154,86%	100,00%

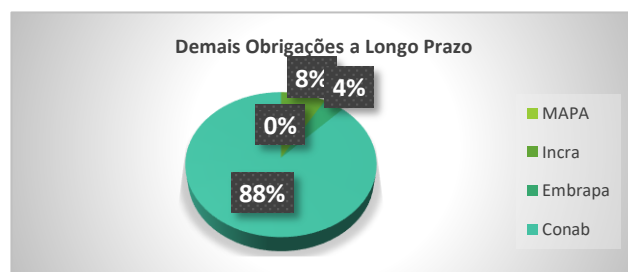
Tabela nº 011 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo

Ocorreu aumento em decorrência do registro da dívida líquida consolidada de Precatórios de Pessoal e terceiros com a finalidade de pagamento, em atendimento ao TRF.

❖ Demais Obrigações a Longo Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV %
MAPA	0			0,00%
INCRA	88	52	69,23%	8,37%
EMBRAPA	40	104	-61,54%	3,81%
CONAB	923	911	1,32%	87,82%
Total	1.051	1.067	-1,50%	100,00%

Tabela nº 012 – Demais Obrigações a Longo Prazo



As Demais Obrigações a Longo Prazo tiveram redução de **-1,50%**, devido à empresa Embrapa, referente à transferência de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para o Capital Social e de indenizações de salário de longo prazo para curto. O **Incra** teve aumento no período de **69,23%**, decorrente do registro do saldo em Precatórios de Terceiros de Longo Prazo com a finalidade de pagamento, em atendimento ao TRF. No órgão **Conab**, que representa **87,29%** do valor total, decorre do contrato firmado entre a CONAB e o CIBRIUS (Instituto Conab de Seguridade Social) para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato que está em fase de aprovação pelos órgãos superiores; e teve leve aumento de **1,32%** decorrente de atualização do período.

❖ As Provisões de Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 ([clique aqui e veja abaixo](#)).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

9.2) Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

As Notas Explicativas do Balanço Orçamentário obedecem ao sugerido no MCASP/2020, Item 2.3, página 415.

A. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

→ No regime orçamentário as receitas são contabilizadas no momento da arrecadação (conforme art. 35 da Lei 4320/64), ou seja, obedecem ao regime de caixa, momento que o dinheiro entra no caixa.

B. Período a que se refere o orçamento:

O orçamento aprovado pela Lei nº 13.978, de 17/01/2020 – DOU de 20/01/2020 refere-se ao exercício financeiro de 2020, obedecendo ao princípio da anualidade do orçamento (Art. 1º da LOA).

C. Entidades abrangidas.

Órgãos Subordinados	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201, 93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202, 93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211, 93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22906, 74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906

Tabela nº 013 – Entidades abrangidas

D. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante.

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED a seguir são discriminadas por:

- Descentralizações Concedidas pelo Mapa: R\$ 39.531 (trinta e nove bilhões, quinhentos e trinta e um milhões de reais), com valores expressivos no Órgão do INCRA.
- Descentralizações Recebidas para o Mapa: R\$ 54.078 (cinquenta e quatro bilhões e setenta e oito milhões de reais), com valores expressivos no Órgão da CONAB.

R\$ MILHÕES

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MIN.AGRICULTURA	2.064	1.839	152	64	12.840	5.203	6.625	624
INCRA	1.518	183	1.277	41	25.172	19.319	5.853	0
EMBRAPA	1.180	417	570	147	540	144	311	85
CONAB	48.674	24.282	23.970	229	0	0	0	0
SFB	642	163	232	116	979	245	733	1
Total	54.078	26.884	26.202	598	39.531	24.911	13.521	710

Tabela nº 014 – TEDs

E. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

Despesas executadas por tipo de crédito

R\$ MILHÕES

Órgão UGE	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	DESPESAS LIQUIDADAS	Total
MIN.AGRICULTURA	89.407	20.492	0	(21.554)	29.714	118.058
INCRA	45.782	2.640	288	(2.409)	8.326	54.626
EMBRAPA	44.531	11.843	0	(12.544)	20.107	63.936
CONAB	28.920	5.220	0	(2.979)	9.740	40.901
FUNCAFE	71.117	0	0	(1)	16.483	87.600
SFB	882	82	0	(68)	45	942
FUNDO DE TERRAS	2.028	0	0	0	650	2.678
Total	282.666	40.277	288	(39.556)	85.065	368.741

Tabela nº 015 – Despesas Executadas por tipo de Crédito

F. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.

- Lei nº 14.008 de 2/6/2020 – DOU de 3/6/2020 – Créditos por emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional para o MAPA no valor de R\$ 2.592.095.683,00 entre Fiscal e Seguridade.
- Portaria SOF nº 13.204 – DOU de 29/5/2020 – Crédito Suplementar no valor de R\$ 126.546,869,00 para o Mapa.
- Portaria SOF nº 12.456 – DOU de 19/05/2020 – Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.496.127,00 para o Mapa.
- Portaria SOF nº 11.011 – DOU de 4/5/2020 – Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.620.000,00 para o Mapa.
- Portaria SOF nº 9.836 – DOU de 15/4/2020 – Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 para o MAPA.

G. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.

- Não houve.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

H. Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.

→ O Mapa procede normalmente com os “Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar – RPNP” e em consulta pela transação CONTRANSAL do SIAFI pode ser verificado que os saldos dos RPNP são transferidos automaticamente para “Restos a Pagar Processados – RPP” ao final de cada exercício.

RESTOS A PAGAR executados até dez/2020.

R\$ MILHÕES

Órgão	DEZEMBRO / 2020											Total
	PROCESSADOS INSCRITOS	PROCESSADOS REINSCRITOS	PROCESSADOS CANCELADOS	PROCESSADOS PAGOS	PROCESSADOS A PAGAR	NAO PROCESSADOS INSCRITOS	NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	NAO PROCESSADOS CANCELADOS	NAO PROCES. LIQUIDADOS A PAGAR	NAO PROCESSADOS PAGOS	NAO PROCESSADOS A PAGAR	
MIN.AGRICULTURA	526	78	12	422	170	1.734	697	118	54	977	1.335	6.124
INCRA	252	27	13	250	16	413	345	261	7	232	265	2.080
EMBRAPA	232	1	1	232	1	322	43	14	1	241	110	1.197
CONAB	74	4	1	73	3	86	16	18	2	76	9	362
FUNCAFE	0	0	0	0	0	1.090	759	759	0	227	863	3.698
SFB	0	0	0	0	0	20	8	4	1	15	8	57
FUNDO DE TERRAS	0	0	0	0	0	116	0	0	38	53	64	271
TOTAIS	1.084	110	27	978	190	3.781	1.867	1.174	103	1.820	2.654	13.789

Tabela nº 016 – Restos a Pagar



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

I. Detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada:

→ As despesas de Exercícios Anteriores no Mapa perfazem o valor de R\$ 21 (vinte e um milhões de reais) já liquidadas até junho/2020, destacando os valores mais expressivos no Órgão do FUNCAFE, em torno de R\$ 10 (dez milhões de reais), conforme quadro demonstrativo abaixo:

Despesas de exercícios anteriores

R\$ MILHÕES

Órgão	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas EMPENHADAS A LIQUIDAR	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	36	3	33	32	103
INCRA	22	3	17	15	58
EMBRAPA	0	0	0	0	0
CONAB	9	0	8	8	25
FUNCAFE	26	0	26	23	75
SFB	0	0	0	0	0
TOTAIS	92	5	84	79	261

Tabela nº 017 – Despesas de Exercícios Anteriores



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil

9.3) Notas Explicativas – Demonstrações das Variações Patrimoniais

A. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

A variação aumentativa da VPA – Exploração e venda de bens, serviços e direitos, destacou-se na **Venda de Mercadorias**, no Órgão da Conab, representando 95% do valor total da rubrica com as vendas de estoques estratégicos nos estados de Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Goiás, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Rondônia, Pará, Amazonas, Roraima, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Acre e Unid. Merc. Opções do Piauí.

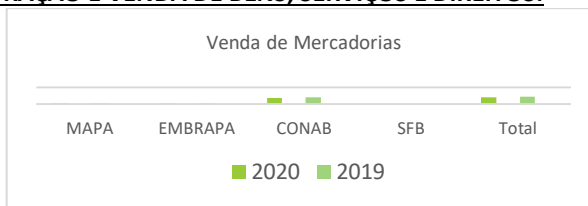


Figura nº 008 – Vendas de Mercadorias

B. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS:

O decréscimo na ordem de (19,11%) na VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, destacou-se na conta de **Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras**, que representa 57% do total do grupo, e ocorreu principalmente no órgão **Funcafé**, relativo às remunerações de depósitos bancários referentes aos pagamentos dos empréstimos concedidos.

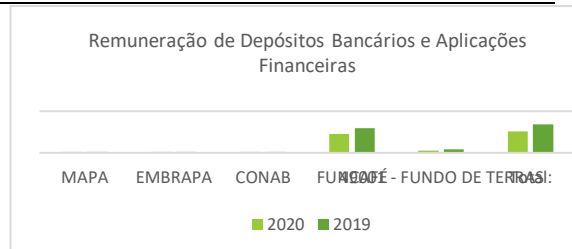


Figura nº 009 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Ademais, destacou-se o acréscimo na ordem de 2.464,13% na conta **Variações Monetárias e Cambiais**, que decorreu de apropriação de atualização monetária, juros contratuais, juros de mora e descontos, referentes aos créditos a receber, dos títulos de domínios emitidos para regularização fundiária, no âmbito do Programa Amazônia Legal no órgão Incra.

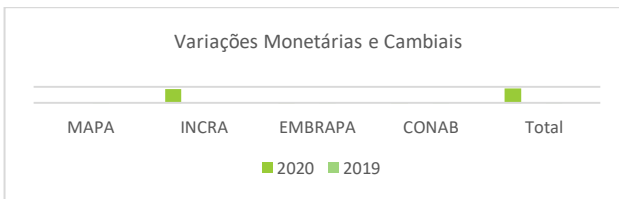


Figura nº 010 – Variações Monetárias e Cambiais

C. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

Houve um decréscimo expressivo na VPA - Transferências e Delegações Recebidas, na ordem de (97,94%), decorrente especialmente da diminuição das **Transferências Intragovernamentais**, relativo às transferências de saldos patrimoniais de outros órgãos por incorporações, fusões e extinções no exercício de 2019. Ressalta-se que essas variações aumentativas são compensadas com as variações diminutivas, portanto, não influenciam no resultado patrimonial.



Figura nº 011 – Transferências Intragovernamentais

D. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

O decréscimo na VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, destacou-se em duas contas: **Reavaliação de Ativos** e **Ganhos com Incorporação de Ativos**.

A **Reavaliação de Ativos** decresceu em (65,10%), destacando-se o Órgão do Incra, pois este representa 99% do total da rubrica. E o decréscimo é referente a diminuição de reavaliações de bens imóveis no Spinet.

Os **Ganhos com Incorporação de Ativos** diminuíram (76,69%) predominando os órgãos do Incra e Conab. O Incra representa 80% da rubrica e a redução refere-se à diminuição dos registros de imóveis de uso especial no Spinet.

A **Reversão de Redução ao valor Recuperável** aumentou em 100%, no Órgão da **Conab** referente a regularização do *Impairment* nos armazéns gerais e entreposto do Acre.

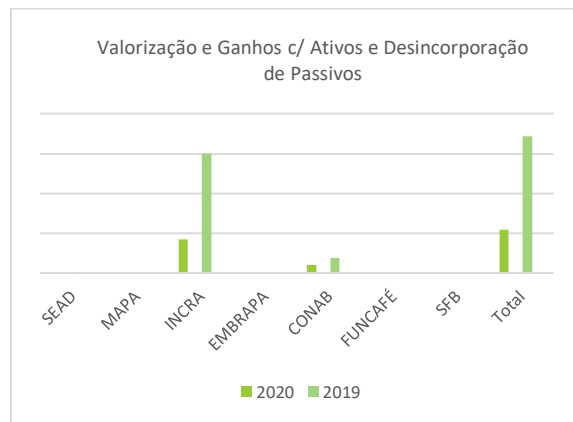


Figura nº 012 – Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

E. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

Na VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, destacou-se a conta **Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas**, que apresentou um acréscimo na ordem de 616%, referente, principalmente, de Reversões trabalhistas e Cíveis de pagamentos por sentença judicial, no órgão Conab (que representa 99,99% da VPA referida).

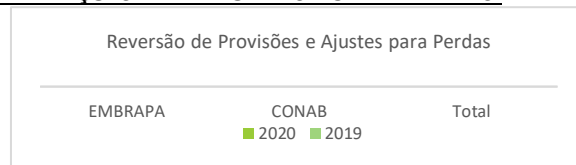


Figura nº 013 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

F. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS:

O aumento de 552,22% em **Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais** é decorrente do aumento de Assistência à Saúde. De fato, observa-se um aumento de Assistência à Saúde, tanto RPPS quanto RGPS, no entanto, não são tão altos quanto é demonstrado na análise horizontal da VPD, uma vez que, esses valores que em 2019 foram registrados em Benefícios a Pessoal, em 2020, passaram a ser registrados em Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

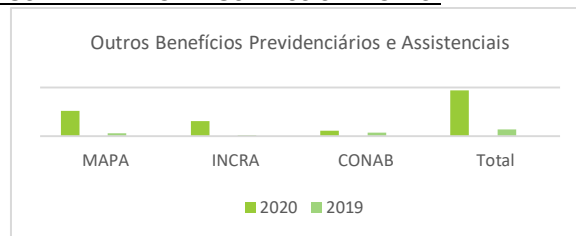


Figura nº 014 – Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

G. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO:

Na VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo, destacou-se o decréscimo da **Depreciação de bens móveis** (11%) e **imóveis** (363%), e na **Amortização** houve um decréscimo de (7%) do imobilizado, e decréscimo de (158%) do intangível.

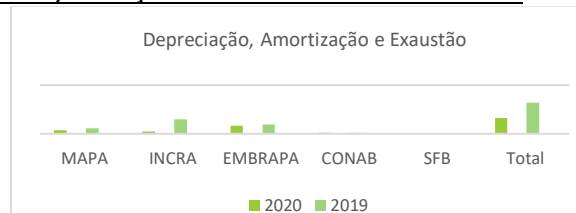


Figura nº 015 – Depreciação, Amortização e Exaustão

H. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS:

O decréscimo expressivo na rubrica Transferências e Delegações Concedidas, decorreu especialmente da diminuição das **Transferências Intragovernamentais**, na ordem de (95,14%) relativo às transferências de saldos patrimoniais de outros órgãos por incorporações, fusões e extinções no exercício de 2019. Ressalta-se que essas variações diminutivas são compensadas com as variações aumentativas, portanto, não influenciam no resultado patrimonial.

Nas **Transferências Intergovernamentais** houve um acréscimo de 78,37%, principalmente no órgão do **MAPA**, este representa 94% das transferências, e o aumento é decorrente das transferências voluntárias.

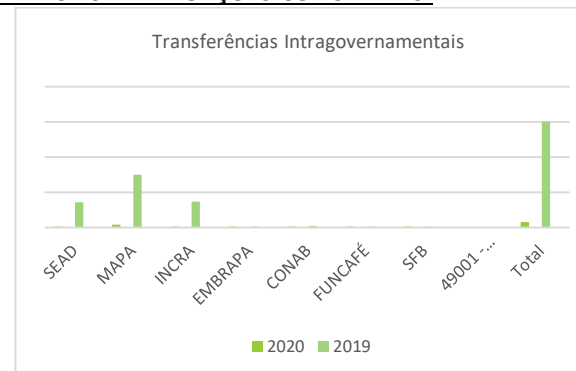


Figura nº 016 – Transferências Intragovernamentais

I. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

O decréscimo de (187,92%) no grupo de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos destacou-se nos órgãos do **INCRA** e **CONAB**.

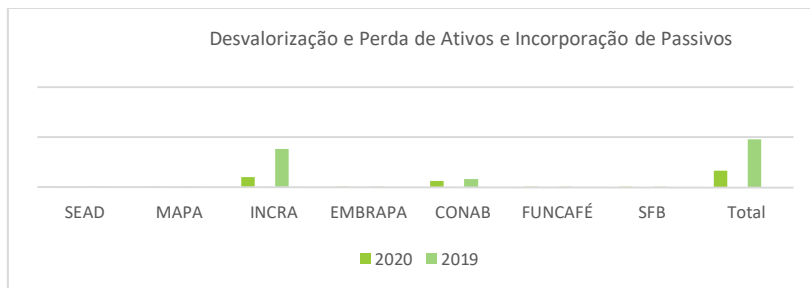


Figura nº 017 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

As contas mais expressivas em termos de variações monetárias foram as seguintes: **Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas** e **Desincorporação de Ativos**. Na conta de Reavaliação houve um decréscimo de (86,58%) e na conta de Desincorporação o decréscimo foi na ordem de (55,57%). Em ambas as contas, as variações mais expressivas decorrem de baixas de bens imóveis no órgão Incra.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

J. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

Na VPD - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - destacaram-se as contas Subvenções Econômicas (que apresentaram um acréscimo de 64%) e Constituição de Provisões (que apresentou um decréscimo de (54,38%). Em relação às Subvenções, estas se destacaram no órgão MAPA, e decorreram, em sua maior parte, das subvenções econômicas ao prêmio do seguro rural na Secretaria de Política Agrária.

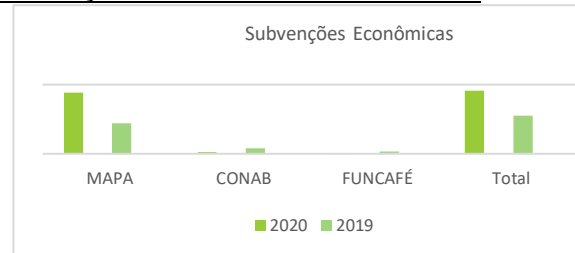


Figura nº 018 – Subvenções Econômicas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

9.4) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 679 (seiscentos e setenta e nove milhões de reais), relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo.

A seguir apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Circulante Curto Prazo	363	153	+137,25%
Nacionais	362	146	+147,95%
Estrangeiros	1	7	-85,71%
Não Circulante (Longo Prazo)	316	316	-
Nacionais	316	316	-
Total	679	469	+44,78%

Tabela nº 018 – Fornecedores e Contas a Pagar

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/12/2020 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Curto Prazo, os quais representam 53,46% do total a ser pago.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se aos Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/12/2020.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	R\$ Milhões	
	31/12/2020	AV (%)
MAPA	75	11,05%
INCRA	28	4,12%
EMBRAPA	6	0,88%
CONAB	253	37,26%
FUNCAFE	316	46,54%
SFB	1	0,15%
Total	679	100%

Tabela nº 019 – Fornecedores e Contas a Pagar

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 46,54% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relacionam-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 31/12/2020.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR	R\$ Milhões	
	31/12/2020	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	316,03	67,17%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	65,18	13,85%
ITAMBÉ ALIMENTOS S/A	15,95	3,4%
BOLA SETE AGROINDÚSTRIA, COMÉRCIO, BENEFICIAMENTO E EMP	13,38	2,84%
CEREAIS PEGER LTDA	12,47	2,65%
EMBARÉ INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS S/A	12,36	2,63%
GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO SA	10,8	2,3%
CAL – COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	10,68	2,27%
ALIMENTOS SANTA CRUZ LTDA.	6,82	1,45%
ARAUJO E BRITO LTDA - EPP	6,78	1,44%
Total	470	100%

Tabela nº 020 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo do FUNCAFE em R\$ 315 (trezentos e quinze milhões de reais), que representa 67,17% dos 10 valores mais expressivos.

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	R\$ Milhões	
		Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	315	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Tabela nº 021 – Fornecedores

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06 refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – Órgão FUNCAFE registrado na UG do citado Órgão.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra **Contrato de Prestação de Serviços** abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo Mapa. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

9.5) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 4.379 (quatro milhões trezentos e setenta e nove mil reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/12/2020. Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 4º Trimestre de 2020, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões			
	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	12	19	0,28%	-35,68%
Fornecimento de Bens	130	1057	2,96%	-87,74%
Empréstimos e Financiamentos	1359	1243	31,04%	9,37%
Seguros	74	670	1,68%	-89,02%
Serviços	2782	3279	63,53%	-15,17%
Demais	23	28	0,52%	-20,13%
Total	4.379	6.296	100,00%	-30,45%

Tabela nº 022 – Obrigações Contratuais

Com base nas informações da tabela 01, as obrigações contratuais do Mapa apresentaram decréscimo em quase todas as rubricas, sendo mais significativos nas rubricas Seguros, que teve um decréscimo de 89,02%, e Fornecimento de Bens, que teve um decréscimo de 87,74%. Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços representam 63,53% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	31/12/2020	AV (%)
MINIST. DA AGRICULTURA	1021	23,32%
INCRA	498	11,38%
EMBRAPA	284	6,48%
CONAB	1169	26,69%
FUNCAFE	1363	31,13%
SFB	44	1,00%
Total	4.379	100,00%

Tabela nº 023 – Obrigações Contratuais

A tabela 02 acima, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/12/2020. O órgão **FUNCAFE** possui maiores obrigações contratuais em torno de 31,13% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações (99,69%) referentes a Empréstimos e Financiamentos – seguido da **CONAB** – com 26,69% do valor total das obrigações contratuais, das quais 98,95% referem-se a contrato de Serviços.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	R\$ Milhões	
	31/12/2020	AV (%)
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	923	21,06%
BANCO BRADESCO S.A.	227	5,19%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	210	4,80%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	202	4,62%
BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A	151	3,45%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	132	3,01%
BANCO DO BRASIL SA	120	2,75%
CAST INFORMATICA S/A	97	2,20%
BANCO CITIBANK S A	91	2,07%
BANCO FIBRA SA	88	2,00%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	2242	51,20%
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	2137	48,80%
Total	4.379	100%

Tabela nº 024 – Obrigações Contratuais

A tabela 03 acima relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 31/12/2020. Os dois contratados com valores mais expressivos são da **CONAB**. Sendo que a obrigação contratual com a CIBRIUS, no valor de R\$ 923 milhões, representa 78,96% de todas as obrigações contratuais da CONAB e 33,18% de todas as obrigações contratuais de Serviços assumidas pelo Ministério.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

9.6) Nota nº 003 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020 o MAPA apresentou um saldo de R\$ 544 (quinhentos e quarenta e quatro milhões de reais), relacionados a provisões de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º trimestre 2020.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Provisões a curto prazo	0	36	-100%
Provisões a longo prazo	544	724	-24,86%
Total	544	760	-28,42%

Tabela nº 025 – Provisões

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

Provisões	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0	24	-100%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	0	12	-100%
Total	0	36	-100%

Tabela nº 026 – Provisões de Curto Prazo

Pode-se observar que as Provisões a Curto Prazo foram zeradas no período até 31/12/2020.

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo do Passivo Não Circulante é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e CONAB no valor de R\$ 291 mi (duzentos e noventa e um milhões de reais).

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 03 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	253	233	8,55%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	291	491	-40,68%
Total	544	724	-24,86%

Tabela nº 027 – Provisões de Longo Prazo

A CONAB é responsável por 53,57% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 04 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	R\$ Milhões		
	30/09/2020	31/12/2019	AH(%)
Riscos Trabalhistas	503	501	0,46%
Riscos Fiscais	6	3	100%
Riscos Cíveis	35	220	-83,88%
Total	544	724	-24,76%

Tabela nº 028 – Provisões a Longo Prazo

A Provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 31/12/2020, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 544 (quinhentos e quarenta e quatro milhões de reais), sendo na Embrapa R\$ 253 (duzentos e cinquenta e três milhões de reais) e na CONAB R\$ 291 (duzentos e noventa e um milhões de reais).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

EMBRAPA

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em Mar/2020	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
Prováveis	52	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de Gratificação/Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação.
Subtotal		
Cíveis		
Prováveis	2	Anulação de ato administrativo
Subtotal		
Previdenciários		
Prováveis	20	Encargos Previdenciários
Subtotal		
Tributários		
Prováveis	179	Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF
Subtotal		
TOTAL	253	

Tabela nº 029 – Detalhes de Provisões

Notas Explicativas:

- (1) A Planilha consiste dos processos ativos, onde a Embrapa é Ré, da Justiça Trabalhista e Federal.
- (2) Provisão Trabalhista: (*) Pagamento Promoção -são ações decorrentes do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional 2019, ano base 2018. O SINPAF pleiteou tutela de urgência para retorno imediato do processo de premiação, suspendendo a decisão do CONSAD, pleiteou também, o pagamento do prêmio. Embora os valores atribuídos às causas sejam relativamente baixos, eventual julgamento favorável destas ações pode ensejar o pagamento de parcela equivalente a 1,5% do orçamento da Embrapa (aproximadamente R\$ 54 milhões de reais).
- (3) Provisão Tributária: a) deve-se considerar o seguinte: 80% (oitenta por cento) sobre o montante existente na conta depósitos judiciais das ações de natureza tributária, o saldo fornecido pela SGE/GFC/EFI, atualizado até 31/12/2020; b) as ações de Anulação de débito fiscal.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

9.7) Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2020, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 322.131** (trezentos e vinte e dois bilhões e cento e trinta e um milhões de reais), líquidos da depreciação e amortização que representou um acréscimo de 1,45% em relação ao 4º trimestre/2019.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2019.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens Móveis	1.293	1.297	-0,30%
(+) Valor Bruto Contábil	2.525	2.433	3,78%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.205)	(1.109)	8,65%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(27)	0%
Bens Imóveis	320.838	316.206	1,46%
(+) Valor Bruto Contábil	321.829	317.152	1,47%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(991)	(946)	4,75%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Total	322.131	317.503	1,46%

Tabela nº 030 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/12/2020 totalizavam em **R\$ 1.293 mi** (um bilhão e duzentos e noventa e três milhões de reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável acrescidos de bens advindos dos órgãos incorporados ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.095	1.047	4,58%
Bens de Informática	490	473	3,59%
Móveis e Utensílios	257	253	1,58%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	35	36	-2,77%
Veículos	478	459	4,13%
Bens Móveis em Andamento	6	9	-33,33%
Bens Móveis em Almoxarifado	44	36	22,22%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	5	5	0%
Demais Bens Móveis	115	115	0,0%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.205)	(1.109)	8,65%
Redução ao Valor Recuperável	(27)	(27)	0%
Total	1.293	1.297	-0,31%

Tabela nº 031 – Bens Móveis



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

Dos Bens Móveis registrados, o valor de 19.458.917,55 (dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) no fechamento do balanço 2019 refere-se à conta de Bens Não Localizados. No final do 4º trimestre/2020 este valor diminuiu para R\$ 19.452.642,02 (dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e dois centavos).

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2020 totalizavam R\$ 320.838 (trezentos e vinte bilhões e oitocentos e trinta e oito milhões de reais), líquidos de depreciação/amortização e teve um aumento de 1,46% em relação ao período de 31/12/2019, com maior concentração no Órgão do INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 312.564 (trezentos e doze bilhões e quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTAIS		AV
	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	
Bens de Uso Especial	7.510	5.125	166.006	161.332	516	473	307	278	1	-	174.340	167.209	4,26%
Bens Dominicais		-	146.507	148.912		-		-		-	146.507	148.912	-1,61%
Bens Imóveis em Andamento	113	118	422	423	45	71	32	31	3	3	615	646	-4,79%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	24	20	2	2	211	210	1	1		-	238	234	1,70%
Instalações	22	18	15	16	87	86	0	-		-	124	119	4,20%
Demais Bens Imóveis	0	-	5	5		-	0	27		-	5	32	-84,37%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-47	-45	-393	-382	-334	-309	-217	-210		-	-991	-946	4,75%
Total	7.621	5.236	312.564	313.068	525	531	124	127	4	3	320.838	316.206	1,46%

Tabela nº 032 – Bens Imóveis



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

Bens Imóveis – Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens de Uso Especial	174.340	167.209	4,26%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	146.507	148.912	-1,61%
Bens Imóveis em Andamento	615	646	-4,79%
Instalações	124	119	4,20%
Demais Bens Imóveis	5	32	-84,37%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	238	234	1,70%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(991)	(946)	4,75%
Totais	320.838	316.206	1,46%

Tabela nº 033 – Bens Imóveis

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial – Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	93.590	91.882	1,85%
Terrenos, Glebas	71.742	68.974	4,01%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	1	1	0%
Edifícios	1.094	1.051	4,09%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.657	0%
Imóveis Residenciais e Comerciais	119	120	-0,83%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1	1	0%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.967	1.765	11,44%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	4.168	1.759	136,95%
Totais	174.339	167.210	4,26%

Tabela nº 034 – Bens de Uso Especial

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL apresentaram um acréscimo de 4,26% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 4º trimestre/2020, perfazendo o montante de **R\$ 174.340** (cento e setenta e quatro bilhões e trezentos e quarenta milhões de reais), a valores brutos.

O Item “Fazendas, Parques e Reservas” que sofreu uma variação a mais em relação 2019 vindo a compor o total de R\$ 93.591 (noventa e três bilhões, quinhentos e noventa e um milhões de reais) com destaque no Órgão do INCRA no valor de R\$ 93.555 (noventa e três bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões de reais), no âmbito do Mapa.

E sendo que este item no ano de 2019 já se destacava como o 2º maior valor no âmbito do Balanço Geral da União – BGU e que ainda continua.

A conta “Bens dominicais não registrados no SIAFI” do INCRA são os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Em 31/12/2018 o INCRA possuía um saldo de R\$ 12.479 (doze bilhões, quatro e setenta e nove milhões de reais) relacionado aos bens dominicais não registrados no SIAFI. No ano de 2019, teve um acréscimo de **1.095,18%**, passando para R\$ 149.142 (cento e quarenta e nove bilhões, cento e quarenta e dois milhões de reais), decorrente da incorporação de Glebas da extinta SEAD ao INCRA. No ano de 2020, teve um decréscimo de **-1,77%**, passando para R\$ 146.507 (cento e quarenta e seis bilhões, quinhentos e sete milhões de reais).

Verifica-se um acréscimo no valor de R\$ 141.175.068.283,80, no exercício de 2019, referente aos bens da UG 133003 (Superintendência Nacional Regularização Fundiária Amazônia Legal), referente aos registros do ano de 2019. Essa alteração refere-se à transferência de bens moveis conforme orientação contida em processo SEI nº 54000.0296/2019-44, nota de sistema 2019NS000004, registrado na conta corrente “P IM0110731 – Glebas Amazônicas – Programa Terra Legal”, com os respectivos bens sendo transferidos da Unidade Gestora/Gestão 130231/00001 (Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Verifica-se também um acréscimo de **976,11%**, na análise horizontal de 2019/2020, referente aos bens da UG 133080 (Superintendência Regional do Sul do Pará-SR/27-E). Essa alteração refere-se a transferências dos seguintes imóveis:

- Fazenda Céu e Mar, localizada em Conceição do Araguaia/PA, correspondente a 8.125 TDAS;
- Lotes 228 a 230, 270, 271, 273 e 274, Gleba Nova Glória, localizado em Redenção/PA, correspondente a 6.224 TDAS;
- Transferência retroativa da solicitação de lançamento nº 078/16, lote 1176, processo nº 54600000682/2014-24, da Fazenda Santa Aldeia; e
- Transferência retroativa da solicitação de lançamento nº 212/16, lote 1205, processo nº 546000001390/2007-80, da Fazenda Castanhal Jajados.

Referente a transferências de bens móveis contidas em orientação e registrado na conta corrente “P IM0110731 – Glebas Amazônicas – Programa Terra Legal”, encontra-se registrado na nota explicativa 5.1 – Nota Nº 001 – ATIVO IMOBILIZADO: Subavaliação do ativo decorrente da não contabilização de terras de regularização fundiária, procedimento realizados quanto ao atendimento à solicitação registrada no Acórdão TCU 1331/2019.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	31/12/2020	31/12/2019
MAPA	1	1
INCRA	-	-
CONAB	1	20
Total	2	21

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	31/12/2020	31/12/2019
MAPA	-	-
INCRA	-	-
EMBRAPA	10	9
CONAB	-	-
Total	10	9

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ milhões

ÓRGÃO	31/12/2020	31/12/2019
MAPA	13	13
EMBRAPA	-	-
CONAB	202	316
Total	215	329

Tabela nº 035 – Cessão, Comodatos de bens

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Os órgãos subordinados que fizeram a redução ao valor recuperável dos bens foram o Instituto de Nacional de Meteorologia/Mapa, Instituto Nacional de colonização e Reforma Agraria/Incra e Companhia nacional de Abastecimento/Conab, as demais unidades do órgão subordinado do MAPA não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link Data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacionais Agropecuários, gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, não manifestaram quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado:

R\$ milhões

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
MAPA	23
INCRA	0,3
CONAB	0,3
Total	26

Tabela nº 036 – Redução ao Valor Recuperável

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruamento, dentre outros.

No Mapa destaca-se no ano de 2020 as seguintes Reavaliações de bens imóveis realizadas no SPIUnet:

R\$ Milhões

ÓRGÃOS	REAVALIAÇÃO NEGATIVA	REAVALIAÇÃO POSITIVA	AH %
MAPA	17	17	0%
INCRA	837	2.209	-62%
Total	854	2.226	-62%

Tabela nº 036-A – Reavaliação de Bens Imóveis

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

- A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº 21003.000660/2018/78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidênciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado			R\$
Órgão	Classificação Contábil	Classificação Contábil	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)
MIN.AGRICULTURA		Aparelhos de Medição e Orientação	(868,14)
		Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(432,00)
		Maquinas e Equipamentos Energéticos	(35.025,48)
		Maquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	(94,00)
		Equip de Tecnolog da Infor e Comunicacao/Tic	(6.573,01)
		Mobiliário em Geral	(1.523,55)
		Bens Móveis em Transito	(3.767,40)
		Depreciação Acumulada	66.799.536,16
	Depreciação Acumulada		261.989.610,72
EMBRAPA		Aparelhos de Medicao e Orientação	(62.916,75)
		Equipam/Utensilios Médicos,Odonto,Lab e Hosp	(29.316,75)
		Equip de Tecnolog da Infor e Comunicacao/Tic	213.670,35
		Aparelhos e Utensílios Domésticos	276.587,10
		Mobiliario em Geral	276.587,10
		Coleções e Materiais Bibliográficos	(345.987,18)
		Bens Móveis a Classificar	(9.087.863,88)
		Depreciação Acumulada	(303.802.134,72)
	Aparelhos de Medição e Orientação		(896.024,91)
SFB		Depreciação Acumulada	(22.560.457,50)
		Aparelhos e Utensílios Domésticos	9.330,56
TOTAL			(7.267.663,28)

Tabela nº 037 – Ajustes de Exercícios Anteriores sobre o Imobilizado



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

9.8) Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2020, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 113** (cento e treze milhões de reais), relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2020 e 2019.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	94	106	-10,70%
Software com Vida Útil Indefinida	68	6	969,08%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(51)	(50)	3,19 %
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1	1	0,00%
Total	113	64	75,49 %

Tabela nº 038 – Intangível

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – até o 4º Trimestre.

Órgão	Conta Contábil	R\$ Milhões	
		ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0	0
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	2	0
INCRA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	2	0
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	5	20
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0	0
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	60	0
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	51	51
CONAB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	3	3
SFB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	4	2

Tabela nº 039 – Adições e Baixas no Intangível



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o MAPA não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível

			R\$ Milhões
Órgão	Classificação Contábil	Classificação Contábil	Movim. Líquido - R\$ (Conta Contábil)
MINIST. DA AGRICULTURA		Amortização Acumulada - Contas 1241101xx	0,00
EMBRAPA		SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,01
		Amortização Acumulada - Contas 1241101xx	31,83

Tabela nº 040 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

9.9) Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) Participações Permanentes; e (ii) Demais Investimentos.

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

Investimentos	R\$ Milhões		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Participação Avaliada por Equivalência Patrimonial	0	0	-
Participações Avaliadas pelo MEP - Estado	2	2	-
Redução valor Recuperável Investimento – Participação Permanente	-10	-22	-55%
Participações avaliadas pelo Método de Custo	21	34	-38%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	2	2	-
Total	15	16	-6%

Tabela nº 041 – Investimentos

CONAB

Os investimentos na CONAB são compostos por participações permanentes.

Participações Permanentes

Tabela 02 – Investimentos da CONAB – Composição

	R\$ MILHÕES		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Participações Permanentes	14	29	-47,96%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	1	1	-7,08%
Bens Imóveis não Destinados a Uso	-	-	
Bens Móveis não Destinados a Uso	-	-	
Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10	-22	-55,24%
Total	6,25	8,03	-22,17%

Tabela nº 042 – Investimentos da CONAB

Tabela 03 – Demais Investimentos da CONAB

	R\$ MILHÕES		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Demais Investimentos			
* Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	1	1	
* Bens Móveis não Destinados a Uso		-	-
Total	1	1	

Tabela nº 043 – Demais Investimentos da CONAB

Abaixo (Tabela 04) estão os dois maiores investimentos da CONAB até dezembro de 2020, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 72,18% do total.

Tabela 04 – Maiores Investimentos da CONAB

	R\$ MILHÕES	
	31/12/2020	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná	2,92	56,83%
Centrais Elétricas Brasileiras SA	0,79	15,31%
Demais	1,43	27,86%
Total	5,14	100,00%

Tabela nº 044 – Maiores Investimentos da CONAB



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Tabela 05 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrecidas da redução ao valor recuperável)

R\$ MILHÕES

EMPRESA	Saldo em 31/12/2019	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2020
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,84	-	-	-	-	0,79
Engie Brasil Energia S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Telefônica Brasil S.A.	-	-	-	-	-	0,03
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	-	-	-	-	-	0,23
Banco Da Amazônia S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0,33	-	-	-	-	0,33
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	0,23	-	-	-	-	0,00
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Vicunha Têxtil S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0,07
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	-	-	-	-	-	0,00
Companhia De Armazéns E Silos Do Est. De MG - CASEMG	1,80	-	-	-	-	0,00
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	0,01	-	-	-	-	0,01
Rural Properties Minas Gerais Participações S.A.	-	-	-	-	-	0,03
Oldcaste Participações S.A.	-	-	-	-	-	0,07
Banco De Desenvolvimento Do Espirito Santo S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Morada Do Sol Participações SA	0,00	-	-	-	-	0,00
Lafargeholcim (BRASIL) S.A.	0,01	-	-	-	-	0,00
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	0,43	-	-	-	-	0,43
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05
Companhia Paranaense De Energia	0,00	-	-	-	-	0,00
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,92	-	-	-	-	2,92
Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
COMFIO - Companhia Catarinense De Fiação	0,00	-	-	-	-	0,00
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	-	-	-	-	-	0,05
PBG S/A	0,00	-	-	-	-	0,00
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
TOTAL	6,83					5,14

Tabela nº 045 – Mutações dos Investimentos

Em 2020 houve a baixa dos investimentos Lafargeholcim S/A e COMFIO nos valores de R\$12.584,40 e R\$4.555,46, respectivamente. Em 2020 também foram realizados os registros referentes à redução ao valor recuperável nas seguintes empresas: Centrais Elétricas Brasileiras S/A (R\$ 51.992,33), Companhia Paranaense de Energia (R\$468,03), Frigorífico Vale Do Tocantins SA (R\$231.950,57) e Telefonica Brasil S.A. (R\$2.666,29). Houve também as vendas e recebimentos dos Investimentos Companhia De Armazéns E Silos do estado de Minas Gerais (CASEMG), no valor de R\$ 1.895.559,57 baixa de PARTICIPACOES EM EMPRESAS (CUSTO), no valor de R\$ 11.895.656,30 e reversão da RED VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PELO CUSTO, no mesmo valor, R\$11.895.656,30 e Companhia Paranaense De Energia, recebimento de R\$ 372,00 e Baixa de R\$ 468,03 e RED VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PELO CUSTO, no mesmo valor R\$ 468,03.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 06 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	R\$ MILHÕES	
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5,28	4,74	(30,00)	(7,45)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	0,00	0,01	56,09	0,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	0,73	49,00	(4,59)	(1,14)

Tabela nº 046 – Investimentos da EMBRAPA

Fonte: Siafi e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2018 à- EMBRAPA

Tabela 07 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:

Entidade	R\$ MILHÕES					
	Saldo em 31/12/2019	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/09/2020
EMEPA/PB	1,86	0	0	0	0	1,86
EMPARN ⁽¹⁾	0,73	0	0	0	0	0,73
Total	2,58	0	0	0	0	2,58

Tabela nº 047 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Demais Investimentos da EMBRAPA

Os demais investimentos representam o valor de **R\$ 488.108,31**. São compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM&F BOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 08 – Demais investimentos da EMBRAPA – composição

						R\$	
Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG	
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	32,55	0,00	BB	135046	
OI S/A	4.545	ON	2,20	0,01	BB	135046	
OI S/A	3.289	PN	2,82	0,01	BB	135046	
CONTAX	200	EO	0,01	0,00	Itaú	135046	
CONTAX	200	EP	0,01	0,00	Itaú	135046	
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	0,00	Itaú	135046	
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	0,00	Itaú	135046	
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	0,00	Itaú	135046	
TELEFONICA BRASIL	187	PN	45,35	0,01	Bradesco	135032	
TELEFONICA BRASIL	137	PN	45,35	0,01	Bradesco	135033	
TELEFONICA BRASIL	125	PN	45,35	0,01	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	18	PN	45,35	0,00	Bradesco	135035	
TELEFONICA BRASIL	12	ON	46,50	0,00	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	14,88	0,00	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	14,88	0,00	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	46,50	0,14	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	45,35	0,16	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	14,88	0,07	Bradesco	135046	
TELEBRAS	142	ON	88,10	0,01	Bradesco	135046	
TELEBRAS	112	PN	30,88	0,00	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	554	ON	46,50	0,03	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	14,88	0,01	Bradesco	135046	
TELEBRAS	27	ON	88,10	0,00	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	208	PN	45,35	0,01	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	14,88	0,01	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	14,88	0,00	Bradesco	135046	
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	32,55	0,00	Bradesco	135046	
Total				0,49			

Tabela nº 048 – Demais Investimentos da Embrapa



10) Referências

10.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

10.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) [Www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br > balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigep.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>